

Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@mail.telepac.pt
http://www.sprc.pt

Ficha Técnica

Região Centro Informação

Registo de Propriedade n.º 217964

Propriedade do

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21

Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra

Director — Mário Nogueira

Chefe de Redacção — Luís Lobo

Conselho de Redacção:

Adelino Lopes, Anabela Sotaia, Maria Cruz Marques, Fran-

cisco Almeida, Paulo Santos, Vítor Januário

Grafismo e Ilustração — Tiago Madeira

Composição e Paginação — SPRC

Periodicidade — Mensal

Tiragem — 15500 exemplares

Impressão — NAVEPRINTER

Indústria Gráfica do Norte, Lda

EN 14 — Lugar da Pinta — Maia

Embalagem e Expedição — AP Embaladora

Redacção e Administração — Rua Lourenço

Almeida de Azevedo, 21

Fotografias — Arquivo SPRC,

Cadernos Pedagógicos — Coordenação

de Margarida Fonseca

Registo de Publicação n.º 117965

Depósito Legal n.º 228/84

EXECUTIVOS DISTRITAIS

Aveiro

Rua de Angola, 42 - B

Urbanização Forca Vouga • 3800-008 Aveiro

Telef.: 234 420 775

FAX: 234 424 165

E-Mail: sprcaveiro@mail.telepac.pt

Castelo Branco

R. João Alves da Silva, 3 - 1.º Dt.º

6200-118 Covilhã

Telef.: 275 322 387

FAX: 275 313 018

E-Mail: sprcedcb@mail.telepac.pt

Coimbra

Praça da República, 28 — 1.º

Apartado 1020

3001-552 Coimbra

Telef.: 239 851 660

FAX: 239 851 668

E-Mail: sprccoimbra@mail.telepac.pt

Guarda

Rua Vasco da Gama, 12 — 2.º

6300 Guarda

Telef.: 271 213 801

FAX: 271 223 041

E-Mail: sprc.guarda@mail.telepac.pt

Leiria

R. dos Mártires, 26 — r/c Drlº

Apartado 1074

2400-186 Leiria

Telef.: 244 815 702

FAX: 244 812 126

E-Mail: sprcleiria@mail.telepac.pt

Viseu

Av Alberto Sampaio, 39 — 1.º

Apartado 2214

3510-030 Viseu

Telef.: 232 420 320

FAX: 232 431 138

E-Mail: sprcviseu@mail.telepac.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco

R. Pedro Fonseca, 10 — L

6000-257 Castelo Branco

Telef.: 272 343 224

FAX: 272 322 077

Figueira da Foz

R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º

3080-084 Figueira da Foz

Telef.: 233 424 005

Douro Sul

Av. 5 de Outubro, 75 — 1.º

Apartado 42

5100-065 Lamego

Telef.: 254 613 197

FAX: 254 656 457

Seia

Lg. Marques da Silva

Edifício Camelo, 2.º Esquerdo

6270-490 Seia

Telef.: 238 315 498

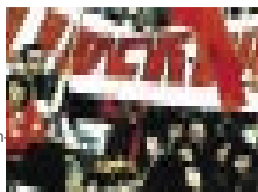
FAX: 238 315 498



EM DESTAQUE

FAZ MUITA FALTA O "R" DE ABRIL

Pág. 6



30 ANOS DE ABRIL

**25 DE ABRIL; CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA; SERVIÇOS PÚBLICOS**

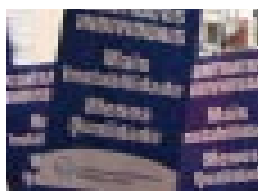
Págs. 7 a 9



SPRC - ANIVERSÁRIO

UM NOVO SINDICATO HÁ 22 ANOS

Págs. 10 a 12



NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO

PROJECTO DO ME É INCONSTITUCIONAL

Págs. 16 a 18



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO
PROJECTO DO ME É INCONSTITUCIONAL**

Págs. 20 a 23



TEM A PALAVRA

Págs. 24 a 26



APOIO A SÓCIOS

**PROGRAMA DAS VISITAS SÓCIO-CULTURAIS
A MONTALEGRE E PONTE DE LIMA**

Págs. 27 a 28



PROFESSORES APOSENTADOS

**ENCONTRO REGIONAL
DE AVEIRO**

Pág. 29



SPRC on-line em

www.sprc.pt

atualização diária



**Sindicato dos Professores
da Região Centro**

Alunos

Deliberação nº 157/2004 de 11 de Fevereiro - Provas de ingresso exigidas para a candidatura à matrícula e inscrição nos cursos de Medicina e Medicina Dentária, ensino superior público, ano lectivo 2004-2005

Despacho nº 4092/2004 de 28 de Fevereiro - Calendário para os regimes especiais de acesso ao ensino superior em 2004

Despacho nº 4093/2004 de 28 de Fevereiro - Calendário para os concursos especiais de acesso ao ensino superior em 2004

Despacho Normativo nº 10/2004 de 2 de Março - Regulamento dos Exames do Ensino Secundário

Deliberação nº 303/2004 de 5 de Março - Pré-requisitos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior ano lectivo 2004-2005

Deliberação nº 357/2004 de 19 de Março - Elenco das provas de ingresso para acesso ao ensino superior 2004-2005

Deliberação nº 373/2004 de 24 de Março - Concretização das provas de ingresso para a matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo 2004-2005

Decreto-Lei nº 76/2004 de 27 de Março - Altera o regime jurídico do acesso e ingresso no ensino superior

Despacho nº 6155/2004 de 29 de Março - Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas variante Português - Espanhol da Universidade de Coimbra - acesso à profissionalização em Espanhol dos licenciados entre os anos lectivos 87/88 e 99/00

Despacho nº 6458/2004 de 31 de Março - Nomeia o júri nacional de exames do ensino secundário 2004

Portaria nº 365/2004 de 8 de Abril - Altera a Portaria nº 320/2003 de 12 de Abril. Disciplina a matrícula e a frequência no ensino secundário recorrente

Aposentação

Parecer nº 70/2003 de 11 de Fevereiro - Direito a férias - subsídio de férias - função pública - pessoal docente - ensino básico - cessação de funções - aposentação - contagem de tempo de serviço - interpretação da lei

Colocação especial

Lei nº13/2004 de 14 de Abril - Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico

Concursos

Decreto Legislativo Regional nº 4-A/2004/M de 31 de Março - Altera o Decreto Legislativo Regional nº 17/2003/M que regula o concurso para docentes da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário R. A. Madeira

Contagem de tempo de serviço

Despacho nº 5620/2004 de 23 de Março - Listagem de cursos considerados para efeito do artº 55º do ECD - Actualização dos anexos ao Despacho nº 243/ME/96

Diversos

Despacho nº 4632/2004 de 6 de Março - Diploma de competências básicas em Tecnologias da Informação - credenciadas as Instituições com candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Clique Solidário

Lei nº 10/2004 de 22 de Março - Cria o sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública

Portaria nº337/2004 de 31 de Março - Regula o regime jurídico de protecção na doença do subsistema previdencial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 28/2004 de 4 de Fevereiro

Educação

Parecer nº 2/2004 de 18 de Fevereiro - Parecer do CNE sobre "A proposta e os projectos de lei de bases da educação / do sistema educativo"

Despacho nº 6459/2004 de 31 de Março - Cria no âmbito do ME e MSST um grupo de trabalho para elaboração de um plano nacional de prevenção ao abandono escolar (PNAPE)

Relatório nº3/2004 de 13 de Abril - Relatório de actividades do CNE relativo a 2003

Educação Pré-escolar

Despacho Conjunto nº 68/2004 de 9 de Fevereiro - Determina o desencadeamento do estudo relativo ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e estabelece a composição do grupo de trabalho para acompanhamento

Parecer nº 61/2004 de 12 de Março - Educador de infância - Formação inicial - Estágio - Contagem de tempo de serviço - Progressão na carreira - Norma excepcional - Analogia - Princípio da igualdade

Despacho nº 6568/2004 de 1 de Abril - Alargamento do prazo de inscrição das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar

2º e 3º CEB e Ensino Secundário

Resolução da Assembleia da República nº28/2004 de 19 de Março - Medidas de prevenção no âmbito da interrupção voluntária da gravidez

Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março - Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário

Ensino Superior

Despacho nº 3037/2004 de 11 de Fevereiro - Regulamento de bolsas de doutoramento em empresas (BDE)

Parecer nº 3/2004 de 28 de Fevereiro - Parecer sobre a transparência das denominações dos cursos

Parecer nº107/2001 de 3 de Março 2004 - Ensino superior - universidade - instituto politécnico - unidades orgânicas - pessoal docente - estatuto remuneratório - suplemento - despesas de representação - cargo de gestão

Aviso nº 396172004 de 29 de Março - Estatutos da Escola Universitária Vasco da Gama - Coimbra

Parecer nº 4/2004 de 15 de Abril - Criação de uma base de dados do CNAVES

Portaria nº 392/2004 de 16 de Abril - Fixa o prazo em que devem ser comunicadas à DGES do MCES, as vagas para ingresso no ensino superior 2004-2005

Despacho nº 7554/2004 de 16 de Abril - Abertura do concurso para a formalização de candidaturas no âmbito da acção nº 3.2 - Programa de Estágios no Ensino Superior

Formação

Ofº Circ. nº 121 de 23 de Março 2004 - Núcleos de orientação de estágios do ramo educacional e integrados nas licenciaturas em Ensino 2004/2005 - Previsão de funcionamento e proposta para o orientador

Vencimentos

Portaria nº 205/2004 de 3 de Março - Estabelece as linhas de orientação da política salarial para o ano 2004

Despacho nº 4260/2004 de 3 de Março - Tabelas de retenção na fonte 2004 - IRS - Continente

Despacho nº 5621/2004 de 23 de Março - Número de vagas para a concessão de equiparação a bolseiro no ano escolar 2004-2005

RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO DE PRATICAR UM ACTO ADMINISTRATIVO



Questão: Quando a administração se recusa a praticar um acto administrativo, existem meios legais para a compelir a proferir decisão?

A resposta é positiva

Ao contrário do que sucedia, até ao momento da entrada em vigor do novo Código do Processo nos Tribunais Administrativos (1 de Janeiro de 2004), o conceito de acto tácito de indeferimento deixa de vigorar na ordem jurídica administrativa, já que passam a estar ao alcance do administrado meios jurídicos para compelir a administração a praticar o acto administrativo devido.

Assim, nos termos do art. 46.º n.º 2 b) do Código do Processo nos Tribunais Administrativos, o administrado pode, através da acção administrativa especial, peticionar a condenação da autoridade competente na prática de um acto administrativo legalmente devido. O mesmo resulta do art. 66.º do mesmo diploma legal, de onde resulta, de forma clara, que a administração pode ser condenada à prática do acto administrativo ilegalmente omitido ou recusado, através da acção administrativa especial.

Refere. Ainda. o n.º 2 do artigo 66.º que, ainda que a administração se recuse a praticar o acto administrativo devido, o administrado pode alcançá-lo, já que o objecto do processo é a pretensão do interessado e não o acto (tácito) de indeferimento. Assim, a eliminação da ordem jurídica do acto resulta da pronúncia condenatória.

Aliás, o legislador foi mais longe, ao estabelecer a possibilidade do tribunal determinar, aquando do proferimento da sentença de condenação, uma sanção pecuniária compensatória, por cada dia de atraso em que a administração se recuse a praticar o acto administrativo devido. Esta figura jurídica destina-se a prevenir o cumprimento tardio de uma sentença judicial por parte da administração.

É de referir, ainda, que o prazo para interposição da acção com o objectivo de condenar a administração a praticar o acto é de um ano, contado a partir do termo do prazo legalmente estabelecido para a emissão do acto omitido.

A Consultora Jurídica

Sandra Correia

FALAR E PENSAR ABRILÊS

- Há uma linguagem característica de Abril de 74.

A associação de conceitos como solidariedade, democracia, liberdade, socialismo, comunismo, revolução, serviço público, paz, liberdade de expressão, sindicatos, partidos políticos, integrou a linguagem, o pensamento e as convicções de milhões de portugueses que entendem, ainda hoje, que há um conjunto de valores de Abril que devem ser reafirmados e defendidos. Esta enorme massa de cidadãos foi, no entanto, sofrendo os efeitos dos recuos políticos de dirigentes partidários, que não hesitaram em rever os seus programas ou, simplesmente, negaram como S. Pedro a sua fidelidade aos princípios que levaram à sua aclamação em 74 e 75, em muitos e muitos locais onde se deslocaram para falar aos cidadãos que esperavam, sempre confiantes, uma mensagem de incentivo, coragem e apoio ao prosseguimento das construções revolucionárias.

Hoje o “poder político”, primeiro numa lógica reformista, passou a designar aqueles por outros mais “modernos”. Agora é a cidadania e a democracia responsável que mais se usam para clarificar os caminhos do regime. Ou, numa lógica fascista, substituíram Revolução por, apenas, Evolução, como se de 24 para 25 de Abril de 1974 um bando de malucos tivesse apenas colocado um grão de areia na engrenagem, que pudesse, rapidamente, ser varrida das cabeças dos portugueses.

Abrilês. Sim, abrilês!

Não é apenas uma linguagem é um sentir, é um fazer, é um reagir, é construção. Abril é, apenas.

Faça-se Abril!



Luís Lobo



FAZ [MUITA] FALTA O “R” DE ABRIL

Aproxima-se o 30º aniversário do 25 de Abril e o Governo fez saber que, em sua opinião, não tem sentido continuar a falar em Revolução mas sim, fazendo sair (cair) o R, falar apenas de evolução. Contudo, dados estatísticos tornados públicos revelam que Portugal, afinal, é um país que precisa do R que dá significado à evolução. Sem ele, ficaríamos limitados ao “R” que retrata a estado do próprio país, o da regressão (social, política, económica...).

■ Os números não enganam: um terço dos portugueses ganha abaixo das suas necessidades, um quinto está aquém do limiar da pobreza e duzentos mil passam fome. Estes são números que acabam por justificar outros, de entre os quais se destacam as elevadíssimas taxas de abandono e insucesso escolar que se verificam.

A pobreza que se abate sobre o país e as bolsas de exclusão que alastram em Portugal, trinta anos depois da Revolução dos Cravos, não são alheias, pelo contrário, resultam da política levada a cabo por um Governo que, sendo de direita, está fortemente influenciado pela extrema-direita.

Dessa política não resulta apenas um país em regressão, resulta um país a dois tempos: o positivo que é o dos ricos, o outro, no lado oposto, extremamente negativo, que é o dos pobres que são, curiosamente, aqueles que produzem a riqueza neste país (os seus trabalhadores).

De facto, ao mesmo tempo que se anunciam os grandes lucros obtidos em 2003 pela banca e pelas seguradoras, confirmam-se estas dolorosas chagas sociais. Apesar delas, o Governo continua a anunciar medidas que se destinam, fundamentalmente, a tornar ainda mais débeis as fragilidades dos que menos podem na sociedade portuguesa.

É nesse quadro, e por essa razão, que as políticas do Governo atingem:

- os jovens, vítimas de taxas de desemprego que há muito não se verificavam, resultado de opções erradas na política governamental: baixa qualificação profissional geral e não aproveitamento das elevadas qualificações de alguns, de onde avultam milhares de licenciados. Para além de outros factores, como o encerramento e a deslocalização de empresas sem que haja iniciativa política que contrariem essa realidade.

- os mais velhos e os reformados, com o Governo a tomar medidas que visam dificultar o acesso à aposentação e reduzir as pensões dos aposentados.

- os doentes, com o Governo a baixar o subsídio de doença e as prestações sociais, medida que atinge, fundamentalmente aqueles que estão verdadeiramente doentes e não têm outros meios de subsistência durante os períodos de baixa médica. Também o aumento dos medicamentos e das taxas moderadoras são exemplo dessa política.

- a generalidade dos trabalhadores portugueses, que têm visto os seus salários reais a diminuírem, os seus direitos sócio-profissionais a serem reduzidos, o seu desempenho profissional a ser desrespeitado e a sua dignidade a ser posta em causa. Contribui nesse sentido o discurso assumido por muitos governantes, corroborado pelo dos patrões e dos capitalistas.

Com esta política é o próprio futuro do país que é colocado em causa. Quando se ataca e reduz na educação, na formação, no emprego, nas medidas de apoio e solidariedade social, no bem-estar das pessoas que se vêem privadas de recursos financeiros indispensáveis à superação das suas necessidades básicas... quando se corta no futuro, privando os jovens de trabalhar; no presente, desvalorizando o trabalho e a força que o sustenta; e, até, no passado, desrespeitando os que dedicaram toda uma vida ao trabalho; está visto que algo de muito profundo é preciso mudar.

É por ser largo o alcance e grande a profundidade das mudanças necessárias que não tem sentido, neste 25 de Abril, falar apenas de evolução. O R faz falta a Abril, porque Abril sem R e sem Revolução ficaria ilegível...

Mário Nogueira
Coordenador do SPRC



Com esta política é o próprio futuro do país que é colocado em causa. Quando se ataca e reduz na educação, na formação, no emprego, nas medidas de apoio e solidariedade social, no bem-estar das pessoas que se vêem privadas de recursos financeiros indispensáveis à superação das suas necessidades básicas...

NOTA BREVE

Quando às 5h15 um comunicado do Movimento das Forças Armadas distinguia, pela primeira vez, as forças ainda fiéis a Marcelo Caetano e ao regime (PSD, GNR, PIDE-DGS e Legião Portuguesa), ficaram claros os objectivos do Movimento e o Povo decidiu tomar o poder na Rua, com civismo, com vivas à liberdade e à Unidade.

Nos anos que se seguiram, até à votação da Constituição da república portuguesa, em 1976, definiu-se a estrutura do que seria o país nos últimos 30 anos, apesar de atacada, subvertida e castrada em aspectos fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Hoje, estamos em cima de uma anunciada Revisão da Constituição da República.

O RCI solicitou, neste quadro, a opinião sobre três aspectos centrais do debate político: 25 de Abril; Constituição da República; Serviços Públicos.

Responderam duas pessoas que ajudaram a fazer a história deste Sindicato, Manuel Pires da Rocha, Músico, Professor do Conservatório de Música de Coimbra, e Mário Nogueira, Professor e Coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro. Contamos, em próximas edições do RCI, poder publicar outros textos, de outras pessoas que disponíveis para esta colaboração, não o puderam fazer nos prazos solicitados.

A Redacção

MANUEL PIRES DA ROCHA

25 DE ABRIL

■ Aos 12 anos estão para aparecer as borbulhas, os românticos sofrimentos, as inconvenientes poluções nocturnas, uns pelitos escuros debaixo do nariz, os pais começam a ter defeitos. É a lei da vida. O que não está escrito em nenhum lado é a idade a que nos pode entrar vida adentro uma Revolução. Aos 12 anos estava eu a aprender o mundo: a escola, a brincadeira, aviar recados na mercearia, mas também as festas no Ateneu de Coimbra cheias de cantigas do Fanhais, do Adriano, do José Afonso, das Heróicas do Graça; em casa passavam os boletins da Comissão de Socorro aos Presos Políticos e os meus pais levavam-me às distribuições de “propaganda” (fantástica palavra!) da CDE. Sabia termos como sindicato, situacionista, democrata, exílio. E medos chamados PIDE e guerra colonial. E heróis como o Che Guevara e o meu vizinho Luis Januário que estivera preso e tinha em casa um grande poster com um poema dedicado ao Galileu Galilei. E havia o Porfírio, um colega do Ciclo, que me mostrou a primeira “foice e martelo” da minha vida, numa aula de desenho.

Dos meus 12 anos não me lembro das borbulhas. O 25 de Abril chupou-as da minha memória melhor do que o Clerasil teria sido capaz. Mas lembro-me do rádio ligado logo pela manhã a cantar para toda a gente as cantigas que não faziam parte do Portugal de ainda “ontem”: Sérgio Godinho em vez de Artur Garcia, José Afonso em vez de António Calvário, Rui Mingas em vez do Duo Ouro Negro. E palavras novas: liberdade, revolução, MFA, comunismo, chaimite, socialismo, reforma agrária. E a cor vermelha, os Canto-Livres, as manifestações, o regresso dos soldados, a saída dos presos de Caxias, os abraços da gente na rua, “a política é de todos” na RTP, os desenhos do Abel Manta! Um mundo perfeito seria aquele em que todos os miúdos tivessem direito a que um 25 de Abril lhes atravessasse os 12 anos.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

■ Imagino a azáfama, logo às primeiras horas da Revolução, dos dignitários da véspera (e de agora) ensaiando punhos levantados, decorando literatura M-L e a gritar “o povo unido...”. Abel Manta retratou-os num delicioso desenho dedicado aos “vira-casaca”.

Mas o desassossego estava para continuar em letra impressa e aprovada em Assembleia própria. Na Constituição da República, de repente, Socialismo era Lei, e Lei passava a ser o direito ao trabalho, à saúde, à educação. Que susto!

Não acredito que todos os deputados que se levantaram em S. Bento, nesse dia, o tenham feito de bom grado. Porém, a força revolucionária dos tempos próximos do 25 de Abril era ainda capaz de escrever princípios humanistas nas páginas da política portuguesa. Vista com olhos de 2004 talvez aquela Constituição tenha sido o registo escrito de um sonho, um pássaro que queria voar além da gaiola salazarenta de que, afinal, ainda era cativo. Trabalharam bem aqueles que conspiravam sob a casaca “virada”: a democracia participativa, principal instrumento da legitimidade democrática que a Constituição decretava está agora substituída, no fundamental, por uma periódica romagem eleitoral capaz de legitimar, até, a política dos governos que não cumprem as promessas por que foram eleitos. O trabalho é, hoje, quase um privilégio; e a estabilidade - tão reivindicada pelos governos - é, no plano laboral, artigo de luxo. Na saúde, desde que um ministro sentenciou “quem quiser saúde pague-a”, é o que se sabe. A educação, talvez a maior criação da democracia, está na mira dos negociantes do saber.

Mas a Constituição saída do 25 de Abril, mesmo desfigurada, resiste ainda na trincheira de um ou outro artigo, teima em não abrir mão de alguns princípios, mesmo de pistola apontada. E ainda tem que suportar, quase trinta anos volvidos, as acusações de decrepitude que lhe atiram as múmias “modernizadas” do 24 de Abril.



SERVIÇOS PÚBLICOS

■ Uma mentira mil vezes repetida transforma-se numa verdade! Creio que a frase pertence a Goebbels, o chefe da propaganda nazi mas a receita tem sido aproveitada por sucessivos governos para destruir (denegrindo) o serviço público. Mais um trauma herdado da Revolução de Abril. De repente ficou-se a saber que a riqueza nacional não tinha obrigatoriamente que pertencer a meia dúzia de famílias e poderia ser desenvolvida em proveito de todos. E o trabalho (a maior das riquezas nacionais) podia ser empregue num tipo de empresa de que todos os cidadãos são sócios - as empresas públicas. E é aqui que entra a lição de Goebbels: oferece-se a gestão das empresas a executores dos interesses privados e solta-se mil vezes a mentira de que aquilo que é público não é rentável e, portanto, há que privatizar. Tenho visto muito leitor de semanários “de opinião” a defender a tese privatizadora a partir do fantástico princípio de que tudo o que é eficiente tem que ter um patrão. No fundo trata-se de aproveitar mais um ensinamento de outro ilustre - Salazar - que sentenciava “se soubésseis quanto custa mandar gostaríeis de sempre obedecer”. De obedecer se trata - em nome

da acumulação supérflua de lucros em desfavor do desenvolvimento colectivo, da ruína do nível cultural do povo, do fecho das portas dos centros de saúde e dos correios, da entrada das comunicações e dos transportes no rol dos artigos de luxo, da concentração dos media nas empresas que hão-de fabricar opiniões e candidatos e parlamentos e governos e políticas.

Público é de todos, Privado é só de alguns. Público tem que ser para todos, Privado é só para quem pode comprar. Portugal S.A., não obrigado (nas empresas nem sequer se elege os patrões...!)



25 DE ABRIL

■ Sempre!

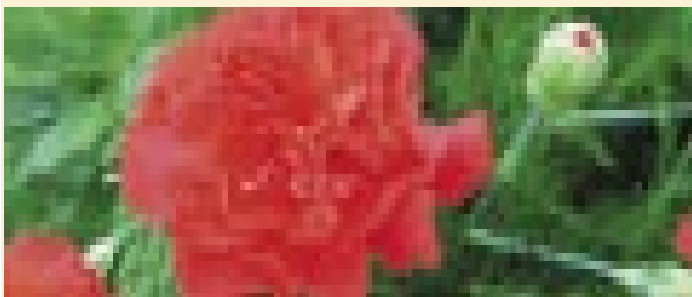
Quando o Governo pretende apagar o “R” de Revolução da nossa vida democrática, é preciso recordar que Abril não foi só uma Revolução, terá de continuar a ser. E, hoje, talvez como nunca na nossa ainda jovem vida democrática.

Se Revolução é sinónimo de ruptura, Abril terá de ser oportunidade para que exijamos que se rompa com este poder que impõe sacrifícios aos pobres, enquanto aumenta as mordomias e benesses dos ricos; para que exijamos mais direitos e melhores salários em vez de mais precariedade laboral, mais desemprego, mais pobreza e mais exclusão, como acontece hoje em dia; para que exijamos uma clara opção pela Paz e não, como decidiu o Governo em nosso nome, o apoio à política belicista de Bush e aos actos de terrorismo por si praticados e pelos seus aliados; para que exijamos uma política que tenha em conta os direitos dos cidadãos à Saúde, à Educação, a serviços públicos de qualidade e não, como faz o Governo com a sua política, à desqualificação e tentativa de desmembramento das respostas públicas para que estes serviços passem a ser direito apenas dos que os podem pagar.

25 de Abril, Sempre!

Mesmo sem soldados nas ruas, os cravos devem reforçar a nossa vontade colectiva de mudarmos o que tem de ser mudado: as políticas, o Governo, o compadrio, a desrespeito por quem trabalha, a falta de vergonha presente na atitude de muitos governantes e dos seus “embaixadores” que se encontram um pouco por todo o país.

25 de Abril, Sempre! Com “R”... que sem “R” Abril não se



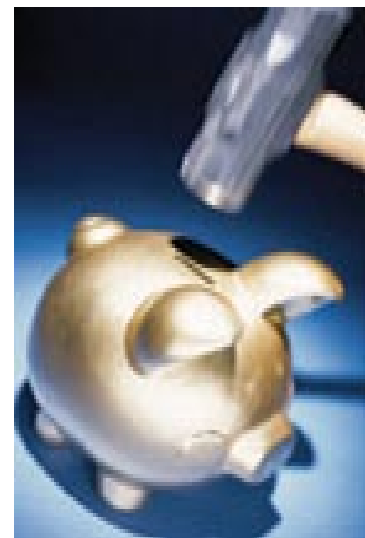
■ Há uma tendência, que não é de agora, para a subversão do conceito de resposta pública. Para os que representam os interesses do capital e orientam a sua prática pelos ditames da Europa neo-liberal, a resposta pública é a que o cidadão paga com os seus impostos, ainda que não lhe seja prestada por uma entidade ou serviço público. Isto é, os nossos impostos desviados para serviços privados, poderão servir para engordar ainda mais a bolsa dos empresários e capitalistas quando era suposto que servissem para melhorar e elevar a qualidade do serviço público.

A defesa de serviços públicos fundamentais para os cidadãos e para o país, como a Saúde, a Educação, a Segurança Social, a Água, deve movimentar todos os portugueses e neste Abril de 2004 deverá ser palavra de ordem nos muitos ditos e escritos que se farão ouvir e ler.

Está por provar que o que é privado é melhor. Pelo contrário, tem vindo a provar-se que não é assim, excepto quando o Estado injecta rios de investimento no privado à custa das razias que impõe ao que é público.

No que respeita à Educação, é evidente que só uma Escola Pública poderá garantir a liberdade de ensinar e aprender, a inclusão, a vivência democrática, a gratuidade (que tarda em se estender a toda a escolaridade). Só uma escola pública pode garantir equidade, igualdade nas oportunidades, elevada qualidade nas respostas educativas. Provar o contrário, é o que pretende o Governo com a sua política de ataque à escola democrática, o seu discurso desvalorizador dos serviços públicos e de quem neles trabalha, a sua prática de corte sistemático e de desinvestimento. Professores, estudantes, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, cidadãos em geral, todos seremos poucos para defendermos o Ensino e a Escola Pública, porque, a par dessa luta, teremos também de defender a Saúde Pública, a Segurança Social Pública, a Água Pública e tantos outros serviços públicos a que temos direito.

Consequiremos, estou certo, porque a nossa força ainda é



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

■ Passados 28 anos sobre a primeira CRP do pós-25 de Abril (completados em 2 de Abril), o Governo continua a querer descaracterizá-la e retirar-lhe os “últimos” cheirinhos de Abril.

Aliás, se a actual CRP não tem evitado políticas tão negativas como aquelas que o Governo tem vindo a pôr em marcha, provavelmente é sua intenção torná-las ainda mais negativas, razão pela qual a pretende alterar. Uma iniciativa que terá certamente o forte incentivo do líder da extrema direita, e membro do Governo, que há muito pretende ajustar contas com Abril.

A actual Constituição da República Portuguesa, apesar de todos os ataques de que tem sido alvo, continua, no que é fundamental, a assentar em bases democráticas, reconhecendo os direitos essenciais dos cidadãos e a relevar para primeiro plano as respostas públicas, os serviços públicos e as funções sociais do Estado perante os cidadãos.

Festejar Abril é também comemorar a CRP, alicerce fundamental da nossa Democracia. Há que defendê-la dos ataques que, mais uma vez, lhe estão a ser movidos.



PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO UM NOVO SINDICATO HÁ 22 ANOS

No passado dia 22 de Abril, cerca de três milhares de professores dos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda, Viseu e Castelo Branco deram o seu “sim” à criação de um novo sindicato - o “Sindicato dos Professores da Região Centro” - pondo assim ponto final num longo processo de luta que os vinha opondo à actual Direcção do SP da Zona



■ As razões desse contencioso, os passos dados e a dar pelos “continuadores do Sindicato independente e unitário de 1974” é o que aqui se relata de seguida.

Com pequena margem de erro pode dizer-se que tudo começou quando, em finais de Maio de 1980, a Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC) deu por aberto o período para apresentação de propostas de alteração dos Estatutos, entre os meses de Junho e Outubro daquele ano.

Forte contestação surgiu de imediato, por ser este um período de grande desmobilização para a classe docente - a sobrecarga de um ano de trabalho, os exames, as férias, as transferências... logo no mês de Junho, numa

Assembleia de Delegados Distritais do Distrito de Castelo Branco, foi deliberado propor à Direcção algumas correcções ao processo em curso. O executivo distrital de Coimbra solidarizou-se com aqueles colegas e transformou a referida proposta num abaixo-assinado que pôs a circular pelas escolas.

No fim do Verão e findo o prazo, verificou-se ser a actual Direcção do SPZC a autora do único projecto entretanto apresentado. Por várias razões, só muitos meses depois (em Maio de 1981) esse projecto chegou aos associados, sendo aberto um novo período para a apresentação de propostas de alterações e sugestões até 15 de Outubro de 1981. Como se vê, preferiram-se mais uma vez os meses de verão, como

denunciaram os executivos distritais em reunião com a Direcção nos primeiros dias de Julho. Contestam ainda o facto de “a Direcção ao ser autora do único projecto apresentado e ao afirmar, em ofício dirigido aos executivos, que só a ela compete alterar e reformular o anteprojecto, torna-se claramente juiz em causa própria”... Propõem como solução a criação de uma comissão que garantisse a isenção do processo e convidam a Direcção a reiniciar o dossier estatutos, sob pena de vir a ser responsabilizada pela desmobilização, sindical e pelo impedimento da actuação das bases na elaboração de um estatuto que sirva realmente a classe.

É então que se vê a Direcção do SPZC tomar uma posição rígida e legalista, apenas consentindo em retirar do texto dos Estatutos a referência à UGT, ficando a consulta sobre a adesão a esta central sindical sujeita ao mesmo calendário da revisão estatutária mas em votação independente.

Enquanto tudo isto, várias dezenas de professores de diversas tendências divulgam um comunicado onde criticam fortemente as alterações a introduzir nos Estatutos, denunciando que dessa maneira se centraliza toda a vida do Sindicato e se restringe a acção dos professores, dos executivos e das assembleias gerais, rotulando um tal projecto de “totalitário no espírito e no corpo”. Se acrescentarmos que o actual elenco directivo do SPZC é majoritariamente afecto à AD e se recordarmos a conjuntura política nacional desta altura, mais facilmente se compreenderão estas palavras.

Concretamente em relação ao art. 7.º, o da adesão à UGT, comentam que “ao longo destes sete anos, várias tendências passaram já pelos órgãos directivos do Sindicato. Porém, nenhuma delas pôs o problema da adesão a uma central sindical, porque sabiam que isso ia ser factor da quebra na unidade entre

os professores. Agora, ao pretender fazê-lo tão apressadamente, o que visa a actual Direcção?”. E depois de um apelo a uma atitude séria e razoável, terminam com um aviso frontal: “caso a Direcção persista na sua atitude totalitária e obscura, os professores, para salvaguarda do seu Sindicato, terão que rejeitar liminarmente o anteprojecto apresentado.”

A 13 de Novembro (1981), em nervoso comunicado, a Direcção afirma saber que toda a contestação que lhe é feita é “orquestrada pelo executivo distrital de Coimbra”, anunciando que não irá recuar. E marca para o dia 28 de Janeiro de 1982 a Assembleia Geral que irá votar os novos Estatutos.

O referendo

No Plenário Distrital de 11 de Dezembro de 1981 é aprovada uma moção de apoio à actuação da Direcção do SPZC. Ainda nessa linha, o Secretariado do Sector Secundário da Guarda elabora uma resposta a esse documento em que insinua “tentativas” de ingerência do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa na vida sindical da Região Centro”.

Mas a “oposição” não pára. O executivo distrital de Coimbra, ponta-de-lança, elabora mais um comunicado em que denuncia as intenções recônditas da actual Direcção, nomeadamente em relação à “farsa referendária” (sic) do próximo dia 28 de Janeiro. Poucos dias depois é a vez de um exaustivo documento em que analisa o processo e os projectos de revisão dos Estatutos elaborados pela Direcção, apresentando por sua vez propostas concretas de alteração. Diga-se que nenhuma dessas sugestões foi contemplada no projecto final.

A 13 de Janeiro de 1982, o executivo distrital de Coimbra aprova uma moção em que depois de enquadrar a situação dos professores na actual crise que o País atravessa, critica fortemente a inexistência de qualquer acção de mobilização dos sindicalizados da parte da Direcção. Por unanimidade, os delegados distritais de Coimbra aprovam uma moção em que se recusam a participar na Assembleia do dia 28, sugerindo aos sindicalizados - para lá da sua não participação nesse acto - a imediata suspensão do desconto automático do pagamento de quotas nas suas secretarias.

Nesse mesmo dia o executivo distrital de Coimbra publica mais um importante comunicado em que retrospectiva o ambiente interno do SPZC desde a sua fundação e, depois de mais uma vez analisar as intenções autoritárias



da Direcção, termina convocando um plenário de professores para o último sábado do mês, dia 30. Como resposta, a Direcção em exercício do SPZC emitiu um violento comunicado apelando à participação no referendo, desafiando de seguida uma longa lista de acusações: revisão constitucional, Polónia e lutas operárias na Marinha Grande são postas num mesmo saco e atiradas à cara da “oposição”.

E como fora anunciado, a 28 de Janeiro realizou-se o referendo. Dos 5773 professores inscritos, 1800 votaram favoravelmente (cerca de 30%) - mas mesmo assim estavam aprovados os novos Estatutos do SPZC!

Professores - PS tomam posição

Nos primeiros dias de Fevereiro os professores do Partido Socialista tomam posição pública face ao referendo, considerando que “se consumou um dos mais graves actos da vida do Sindicato dos Professores da Região Centro”. Rotulam de indigna a forma como se processou a aprovação dos novos Estatutos e a adesão à UGT. Interrogam sobre as insondáveis razões da Direcção e terminam afirmando que “a unidade dos professores foi agora,

Afirmando-se um “Sindicato operante” que se propõe reformular a plataforma reivindicativa nacional a partir do conhecimento concreto da Região Centro, o novo SPRC mostra a intenção de participar de facto na luta pela obtenção de melhores condições socioprofissionais ao lado dos combativos Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sul e Ilhas.

por exclusiva responsabilidade da actual Direcção, lamentavelmente comprometida”. Autoritarismo e divisionismo são epítetos que começam a ouvir-se com frequência em relação às tomadas de posição dos dirigentes zonais.

O executivo distrital de Coimbra volta à carga, desta vez desmontando os resultados do referendo e pretendendo a anulação desse plebiscito “por insignificante o número dos que nele participaram”. Pela primeira vez é pedida a demissão da Direcção do SPZC.

Em 5 de Fevereiro, os executivos distritais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra e Leiria reúnem e decidem a formação, em todos os distritos, de Comissões de Defesa da Unidade Sindical-CDUS com funções de dinamização da actividade sindical. Finalmente, a 9 de Fevereiro, um grupo de professores que se reivindicam fiéis ao espírito que presidiu à fundação do Sindicato de 1974, dirigem ao presidente da Direcção do SPZC uma “Carta Aberta” em que veiculam todas as críticas até aqui formuladas e terminam avisando de que se as suas razões não forem escutadas “se irão empenhar, com os professores, na procura de uma solução que redignifique o Sindicato dos Professores da Região Centro”

Face ao obstinado silêncio da Direcção, o largo número de sindicalizados descontentes mandatam então os executivos distritais para dar os passos imediatos, designadamente os legais, com vista à manutenção do Sindicato “independente e unitário” de 74. A ruptura concretizara-se, no horizonte divisava-se já um novo Sindicato.

O novo Sindicato

Foram então formadas as CDUS, alargadas às escolas. Registam-se as primeiras adesões e os associados recebem um novo projecto de Estatutos. Por outro lado, anuncia-se para o dia **22 de Abril a votação desses novos Estatutos e a ratificação da Comissão Directiva Provisória**. E chega o grande dia. Em cerca de 100 mesas de voto distribuídas pelos seis distritos, um total de 3330 professores (mais de 88%) votam favoravelmente à continuação do “Sindicato dos Professores da Região Centro”. Isto apesar do autêntico boicote movido pela Direcção do SPZC, que, entre outras atitudes menos correctas, apelou aos conselhos directivos das escolas no sentido de só deixarem constituir mesas de voto com requisição das instalações pelos governadores civis...

Em comunicado de 27/4/82 a Comissão de Reorganização do SPRC/CDUS dá a conhecer uma primeira leitura dos



resultados da AG realizada. Consideraram que o grande número de votantes “demonstra inequivocamente o descontentamento pela situação sindical que se tem vivido na Região Centro”, em que os actuais dirigentes do SPZC “tudo fizeram para tornar os professores desta região numa massa amorfa e dócil”. E, subtilmente, referem a indiferença de “grupos de professores” durante esta parte final do processo de luta. Trata-se de uma crítica velada aos professores socialistas e outros (da UEDS, p. ex.) que terão travado já “na recta da meta”, crê-se que receosos de um peso do Partido Comunista na nova estrutura sindical.

Em 4 de Maio deu-se a tomada de posse da CDP do “Sindicato dos Professores da Região Centro”, que entretanto fora já legalizado junto do Ministério do Trabalho através das competentes assinaturas e do depósito dos Estatutos. Em comunicado desse mesmo dia, esta Direcção sindical propôs-se levar a cabo as seguintes realizações:

- lançamento de larga campanha de sindicalização e criação de uma rede de delegados distritais;
- edição de uma revista do SPRC (bimensal);
- organização de um encontro Re-

gional de Professores do Ensino Primário (Setembro/82);

- realização de uma série de Jornadas Pedagógicas em todos os distritos, no início do próximo ano lectivo. Afirmando-se um “Sindicato operante” que se propõe reformular a plataforma reivindicativa nacional a partir do conhecimento concreto da Região Centro, o novo SPRC mostra a intenção de participar de facto na luta pela obtenção de melhores condições socioprofissionais ao lado dos combativos Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sul e Ilhas.

Hoje é crescente o número dos que esperam que assim aconteça, para melhor salvaguarda dos seus interesses e, também, como forma concreta de ultrapassar o marasmo em que caiu a vida sindical dos professores na Região Centro durante os últimos anos. Uma garantia com que contarão será a de muitos dos novos dirigentes serem “velhos” militantes do SPZC, com inigualáveis currículos conseguidos desde 25 de Abril de 1974.

In “O Jornal da Educação”, Junho de 1982

CELEBRAÇÕES POPULARES DOS 30 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 1974

SPRC INTEGRA COMISSÕES ORGANIZADORAS

25
de
Abril

30
ANOS



Aveiro

24 de Abril

a partir das 20.00 horas

Espectáculo Musical no Rossio, com Tuna de Cavaquinhos de St^a. Joana, Grupo Poético de Aveiro, Arregaita e Rui Pedro

Covilhã

13 a 27 de Abril

Ciclo de Debates

“Um no Cravo outro na Ferradura”

Em destaque... 20 de Abril

“30 anos depois – 25 de Abril de 1974– a 25 de Abril de 2004”

Local: Auditório da AAUBI, 21h30

Convidado: Tenente - Coronel Manuel Lopes Dias

Exposição de cartazes

“A memória da Censura”

Local: Museu de Lanifícios da UBI

Promotor: Associação Académica da UBI

23 a 26 de Abril

Mostra d'Artes:

“30 anos... As Portas que Abril Abriu”

Professores expõem: Pintura, Escultura, Fotografia, ...

Local: Teatro-Cine

Promotor: Sindicato dos Professores da Região Centro

24 de Abril

21.00 horas

Arruada com Banda da Covilhã

Jardim Público ao Pelourinho

Bombos Casa do Povo do Paul -

Mercado Municipal ao Pelourinho

Cantares “A Lã e a Neve”

• Tuna Académica da UBI

“As Moçoilas”

• Sons Autóctones Casa do Povo do Paul

• Coro da Associação Cultural da Beira Interior

24 de Abril

24.00 horas

Grândola Vila Morena

Imagens de Abril “(Re)viver Ary dos Santos” e “Covilhã, 26 de Abril de 1974”

Enterro do Fascismo

Local: Pelourinho

25 de Abril

Largada de Pombos

Promotor: Sociedade Columbófila da Covilhã

Almoço Comemorativo

Local: “Oriental de S. Martinho”,

13h00 horas

Teatro Infantil “O Cavaleiro da Armadura Enferrujada”

(Entrada Gratuita)

Local: Teatro das Beiras, 16h00

Promotor: Teatro das Beiras

Cinema “O Olhar de Ulisses”

Local: Teatro-Cine, 21h45

Promotor: Cine Clube da Beira Interior

5 a 7 Maio

Exposição de Trabalhos de Expressão Plástica dos Jardins Infância e Escolas do 1º Ciclo

“30 Anos... As Portas que Abril Abriu”

Local: Teatro-Cine

Promotor: Sindicato dos Professores da Região Centro

Coimbra

2 de Abril

21.30 horas

Debate sobre a primeira Constituição da República Portuguesa após o 25 de Abril, com a participação de representantes de partidos que na altura a aprovaram (PS, PCP e MDP).

Foram dirigidos convites a representantes de todos os partidos com assento na AC em 1976. Comentador Professor Jorge Leite. Data do 28º Aniversário da CRP. **Casa Municipal da Cultura.**

15 de Abril

Abertura da exposição sobre o 25 de Abril, em Banda Desenhada. **Átrio da Câmara Municipal.** De 15 a 30 de Abril.

23 de Abril

Espectáculo-“Viver Liberdade”.

Local: **Pavilhão do Olivais Futebol Clube**, em Coimbra. Artistas presentes: Janita Salomé e Brigada Vítor

Jara. Apresentação pública e lançamento do novo disco da Brigada Vítor Jara.



23 de Abril - Espectáculo "Viver Liberdade"
Brigada Vítor Jara e Janita Salomé

24 de Abril

- Animação e Espectáculo Popular no **Ateneu de Coimbra**, a partir das 22.00 horas e pela noite dentro. Canto Livre com João Queirós e Manuel Portugal, entre outros, e o grupo "Diabo a Sete".
- Exposição sobre o 25 de Abril (Exposição sobre Pinturas Murais) no **Ateneu de Coimbra**.
- Tradicional-"Queima do Fascismo", no **Largo da Sé Velha**, pelas 0.00 horas.
- Festival "Santos da Casa", iniciativa conjunta do Centro Norton de Matos e da RUC, com as bandas portuguesas Loto e Gomo.
- Envolvimento de Bares, Discotecas e Espaços de Convívio de Coimbra, com programas próprios ou com a passagem do CD gravado pela Comissão Promotora para o efeito.

25 de Abril

13.00 horas

Almoço-convívio comemorativo dos 30 Anos da Revolução de Abril (nas **Cantinas da Universidade de Coimbra - Cantina A**).

14.30 horas

"O Julgamento dos Poetas no País dos Ubus", desfile, teatro e poesia de rua. **Cortejo entre o Largo da Portagem e a Praça 8 de Maio**, com representação nesta última às 15.00 horas.

15.00 horas

Confraternização dos Moradores dos Bairros Municipais. **Dancetaria Broadway**.

16.00 horas

Desfile, **entre o Mercado e o Parque da Cidade** de Banda de Música, de Grupos de Etnografia e Folclore de Assafarge, "Tricanas de Coimbra", Rancho de Trouxemil e Rancho do Cabouco, das entidades integrantes da Comissão Promotora e de cidadãos que pretendam participar no desfile, a que se poderão, ainda, juntar artistas populares.

17.00 horas

Animação no **Parque da Cidade**: Intervenções alusivas à data, poesia, canto livre, exibição dos Grupos Folclóricos e tasquinha de comes e bebes.

30 de Abril

21.30 horas

Debate subordinado ao tema "Em defesa dos Serviços Públicos, na defesa do Cidadão", com a presença de Manuel Carvalho da Silva (Secretário-Geral da CGTP-IN), Carlos Braga, (Presidente do MUSP: Movimento dos Utentes de Serviços Públicos), Luísa Tovar (do INAG e da Associação Água Pública) e António Arnaut (percursor do Serviço Nacional de Saúde). **Casa Municipal da Cultura**.

1º de Maio

- Prova de Atletismo organizada pela União de Sindicatos de Coimbra.
- Manhã Infantil no **Largo da Portagem** com Atelier de Artes Plásticas, Jogos Tradicionais, Palhaços e demais animação para crianças.
- Concentração dos trabalhadores e das suas organizações sindicais representativas na **Praça da República**, às 14.30 horas e desfile até à Praça 8 de Maio, onde se seguirá a sessão pública de intervenções e música.

Guarda

24 de Abril

20.30 horas

Jantar Comemorativo (Restaurante Monte Neve)
Com convite a um representante da Associação 25 de Abril

25 de Abril

10.00 horas

Plenário na GARTEXTIL

11.30 horas

Concentração no Largo do Mercado Municipal

12.00 horas

Marcha/Desfile para o Governo Civil Em Liberdade, pelo Emprego com Direitos

13.00 horas

Almoço-Convívio

Jardim José de Lemos ou Parque Municipal

Leiria

23 de Abril

21.00 horas

Auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

Sarau de Canto Coral com:

- Coro da Câmara dos Alunos de Música do Orfeão de Leiria
- Coro da Obra Social da Casa do Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Leiria

24 de Abril

19.30 horas

Jantar Comemorativo do 25 de Abril Restaurante "Transmontano" (Estrada de Cortes-Leiria) - Marcações pelo telefone 244 825 756 até ao dia 22/4/04

23.45 horas

Concentração no Largo do Papa e lançamento de fogo de artifício

25 de Abril

10.30 horas

Concentração junto aos Paços do Concelho com deslocação ao RAL para deposição de cravos em homenagem às forças Armadas Portuguesas

14.30 horas

Largo do Papa

- Pinturas para crianças
- Animação Musical com:
 - Rancho Folclórico da Região de Leiria
 - Grupo de Música Popular "Tradições" (Orfeão de Leiria)
 - Concerto pela Orquestra Juvenil da Filarmónica de Marrazes

Viseu

24 de Abril

21.00 horas

Rossio

Noite da Juventude

Concerto de Bandas

DREAMCATCHER - SPIT OUT - NEW SKETCH

25 de Abril

10.00 horas

Rossio - Actividades para as crianças: pula-pula • pintura • jogos • teatro

14.30 horas



Zeca, companheiro de Abril

MANIFESTAÇÃO (Av. Inf. D. Henrique – Av. 25 de Abril— Rossio)

15.00 horas

Rossio - **FESTA DA PAZ E DA LIBERDADE**

Grupo Musical “**TRIBUTO A ZECA AFONSO**”

- Banda Filarmónica de Tibaldinho
- Banda Juvenil de Magueja
- Rancho Folclórico e Etnográfico “*Capuchinhas de Vasconha*”
- Rancho Folclórico “*As Abelhinhas*” (Vila dum Santo)
- Grupo de Zés Pereiras de S. Martinho de Orgens
- Grupo Musical “*AD LIBITUM*”

19.30 horas

Jantar Comemorativo na Escola Secundária Viriato

Entre 19 e 30 de Abril

Escola EB 2,3 Grão-Vasco / Viseu
Exposição sobre “**Guerra Colonial e 25 de Abril**”

25
de
Abril
30
ANOS

25 DE ABRIL DE 1974

A professora residia em Coimbra e trabalhava numa escola do concelho de Cantanhede, para onde concorrera, para se efectivar, porque, estando no quadro de agregados, não podia faltar nem ganhava nas férias grandes.

Olhos da Fervença ficava longe da vila, hoje cidade, e a estrada de terra batida, terminava entre o casario, mas onde os veículos invertiam a marcha, era precisamente em frente da escola e das primeiras habitações.

As crianças, na sua maioria, nunca tinham visto um combóio, um rio, uma ponte de cimento e ferro, uma catedral, uma fábrica, a vida numa cidade, etc, etc. Revelavam dificuldades ao redigirem e até em descrever aquilo que eram obrigados a saber.

Foi então planeado um passeio escolar e, um “centro de interesse”, foi desenvolvido, durante vários dias.

Na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, às 8h da manhã já a professora estava dentro da camioneta que, saindo de Coimbra iria buscar a pequenada das 2 escolas e alguns pais (pois houve quem não deixasse ir os filhos) para ajudarem a pagar a deslocação. Às 9.30 h deixava-se a Fervença a caminho de Leiria, Fátima e Coimbra, começando as crianças a cantar e a expandir a sua alegria.

Observou-se o Castelo de Leiria e falou-se de história. E, quando o condutor ligou o rádio, este apenas transmitia música. Já perto de Fátima, começou-se a ouvir:

“Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário deverá recolher a sua casa, mantendo absoluta calma”.

Depois vinha de novo a música e esta frase repetia-se. entretanto surge uma outra.

“Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis cuja responsabilidade caberá integralmente às forças que se opõem ao Movimento”.

O que se passa??... Parece uma revolução. Mas será contra o Marcelo Caetano - dos ultras? ... anti-fascistas? ... E nada se sabia.

Em Fátima almoçou-se e foi-se visitar o Santuário, observando os que, de joelhos, e rezando, andavam as cumprir promessas.

O Engenheiro da Cerâmica da Madalena esperava-nos, e por isso, às 14 h já nos mostrava como se fazem os azulejos e a louça sanitária, a secção dos fornos e da pintura e acabamento e, até a sala de vendas.

Alguns alunos da 4.ª classe tomaram apontamentos. Mas, como a curiosidade

era muito forte, abordou-se o que se passava em Lisboa e, o Engenheiro disse que ouviu a BBC e que parecia ser uma acção dos militares contra o regime vigente.

Em Coimbra visitou-se o Portugal dos Pequenitos e depois passou-se pela Estação Nova para melhor observarem o Mondego e os combóios. Ainda se olhou para a Estação Velha, mas a Fábrica da Cerveja aguardava-nos. Aí ao almoço, falámos dos últimos comunicados e das declarações das Forças Armadas. E, ao chegarmos a Olhos de Fervença, já ao escurecer, os familiares estavam inquietos e receberam as crianças com manifestações de carinho, elas que iam felizes e com vontade de contarem tanta coisa nova que haviam visitado e observado com os seus próprios olhos.

Regressando a Coimbra, já de noite, a professora mal entrou em casa e depois de ter abraçado os filhos com emoção, foi agarrar-se à televisão, onde Fialho Gouveia dava notícia após notícia e só a abandonou às 7h do dia 26. A barba crescia e o cansaço do locutor notavam-se, mas a emoção e as notícias eram tão importantes, que não há palavras que a descrevam.

Depois de ter participado, obrigatoriamente, no 1.º Comício Anti-Comunista, em 30 de Novembro de 1936, realizado na Praça da República, em Coimbra, de ter sido obrigada a abandonar e até repudiar grande parte do que estudara e aprendera (mas, na realidade, só aparentemente) no seu curso do Magistério Primário e de ter levado uma vida difícil a contar os tostões e a calcorrear, a pé e de bicicleta, milhares de quilómetros, por estreitos caminhos, cheios de poças de água no Inverno e a ver os lagartos e cobras no Verão, a trabalhar com mais de 70 crianças nas 4 classes ou de ter um vigia quando aplicava Freinet, Cruz Filipe, Freobel ou Janeiro Acabado, etc, etc, - era bom sentir a esperança de entrar numa outra era.

E todas as dificuldades passadas, o seu silêncio forçado, os graves problemas que a envolviam, como por encanto, deram lugar à alegria de viver e a uma força de vontade de dar realidade, às claras, aos princípios da Escola Activa e a tudo o que estudara e a fazia vibrar. As recordações e desenhos dos seus alunos já poderiam seguir para o jornal República ou sem receios, sem receios podia abandonar o seu pseudónimo, quando escrevia para jornais ou revistas, e dar largas à sua maneira de pensar e de sentir os problemas político-sociais, passando da escuridão para o dia.

Carolina Lemos

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCADORES

PROJECTO DO ME É INCONSTITUCIONAL, REDUZ DIREITOS E AGRAVA A INSTABILIDADE DE EMPREGO

O Ministério da Educação decidiu alterar o regime legal em vigor para a contratação de docentes. Trata-se de um projecto de Portaria que altera a actual 367/98, que reduz os direitos, agrava a situação profissional e a já grande instabilidade de emprego e familiar dos professores e educadores envolvidos, ao mesmo tempo que amplia os efeitos negativos de algumas das medidas já consagradas no Código de Trabalho para o conjunto dos trabalha-

■ O Sindicato dos Professores da Região Centro considera este projecto absolutamente inaceitável, tanto que qualquer parecer sobre a matéria vai muito para além da discussão do articulado apresentado pelo ME.

Trata-se de um documento marcadamente ideológico e defensor das mais tenebrosas teses sobre política de emprego e despreza, efectivamente, a dignidade da pessoa humana e o investimento em tempo e dinheiro realizado pelas famílias de dezenas de milhar de jovens portugueses.

O SPRC defende que o projecto agora apresentado pelo ME passe pela análise do Senhor Provedor de Justiça, nomeadamente por se tratar de um texto que indicia violação da Constituição da República Portuguesa e ataca direitos fundamentais dos professores e educadores portugueses.

Uma das razões que levaram o SPRC a considerar o projecto de diploma inconstitucional reside no facto de os

professores se terem recentemente candidatado no concurso para 2004/2005, tendo por base o conhecimento de regras de contratação (Portaria 367/98), ainda em vigor, completamente distintas das que agora o ME procura impor.

Perante mais um atentado aos inter-

esses da Educação e das Comunidades Educativas, aos direitos dos Professores e Educadores e à legalidade, o SPRC entende que não resta outra possibilidade de reagir que não seja através da contestação e da luta.



Trata-se de um documento marcadamente ideológico e defensor das mais tenebrosas teses sobre política de emprego e despreza, efectivamente, a dignidade da pessoa humana e o investimento em tempo e dinheiro realizado pelas famílias de dezenas de milhar de jovens portugueses.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE PROJECTO E LEI ACTUAL

Portaria 367/98, de 29/04

**Alterações propostas
pelo actual ME**

Celebração de Contrato:

◆ O contratado tem 3 dias úteis para aceitar colocação após publicitação da lista ou da comunicação da colocação;

◆ O contratado passaria a contar apenas dois dias úteis para aceitar colocação;

◆ A não celebração de contrato, por motivo não atendível, implica a penalização de um ano.

◆ A não aceitação da colocação implica a penalização de um ano.

Vigência de Contrato:

◆ Os contratados não podem ser celebrados por períodos inferiores a 30 dias;

◆ Passaria a ser possível celebrar contratos para períodos de apenas 5 dias;

◆ Os contratos para substituição temporária vigoram até ao 3º dia útil após a apresentação do respectivo titular;

◆ Os contratos para substituição vigorariam apenas até ao 2º dia útil após a apresentação do respectivo titular;

◆ Nos contratos de substituição há prorrogação de contrato até 31-08 quando o titular do lugar regressa após 31-05;

◆ Em caso de substituição temporária, o contrato não poderia vigorar para além do termo das actividades lectivas (incluindo avaliações), independentemente da data de apresentação do respectivo titular; os professores contratados deixariam, nestas circunstâncias, de receber durante as férias;

◆ Nos casos de contrato de substituição temporária em que o titular do lugar se apresente no decurso dos trabalhos de avaliação ou durante os 15 dias imediatamente anteriores, o contrato vigora até à sua conclusão.

◆ O contrato vigoraria até à conclusão dos trabalhos de avaliação apenas se a apresentação do titular do lugar ocorrer no decurso dos trabalhos de avaliação ou durante os 10 dias imediatamente anteriores ao início destes.

Renovação do Contrato:

◆ Os contratos celebrados por período inferior a 1 ano escolar podem ser renovados até ao termo do ano escolar sob proposta do órgão de gestão respectivo.

◆ A renovação de contrato só ocorreria após regresso do professor contratado à lista de não colocados.

Início de Funções e Faltas:

- ◆ Aplica-se o regime de faltas nos termos da lei geral:
- ◆ Ficaria consagrado um regime de faltas distinto só para contratados:
- ◆ Em caso de faltas por motivo de doença que não impliquem permanência no domicílio, o funcionário deve indicar ao órgão de gestão um mínimo de três dias semanais e, por cada um deles, dois períodos de verificação domiciliária de 2 horas e meia cada, entre as 9 e as 19 horas;
- ◆ Em caso de faltas por motivo de doença, o docente passaria a ter de comunicar esse facto, de imediato, ao órgão de gestão e quando não impliquem permanência no domicílio, o docente passaria a ser obrigado a indicar ao órgão de gestão dois períodos diários de verificação domiciliária de 2 horas e meia cada, entre as 9 e as 19 horas;
- ◆ Em caso de faltas por motivo de doença, a intervenção da junta médica ocorre, por solicitação do órgão de gestão, quando o funcionário atinge 60 dias consecutivos de ausência e não se encontre apto a regressar ao serviço.
- ◆ A intervenção da junta médica passaria a ser obrigatoriamente solicitada pelo órgão de gestão quando o professor contratado apresentasse um 2º atestado médico consecutivo, ou nos 60 dias posteriores ao fim da 1ª ausência, ou ainda sempre que aquele tenha motivos fundamentados.

Incumprimento de contrato:

- ◆ Passaria a constituir incumprimento de contrato “o não exercício efectivo de funções, de forma ininterrupta, durante os 10 primeiros dias de vigência do contrato”, excepto quando a ausência fosse justificada:
 - ◆ ao abrigo da protecção da maternidade e paternidade, não estando nela incluída a assistência a maiores de 10 anos;
 - ◆ por internamento hospitalar;
 - ◆ por motivo de saúde e, ainda assim, só se comprovado por documento emitido pelas juntas médicas regionais.
- ◆ Penalização: 2 anos, se por motivo imputável ao docente.
- ◆ Penalização: 2 anos.

Contratados e desempregados estão decididos a lutar

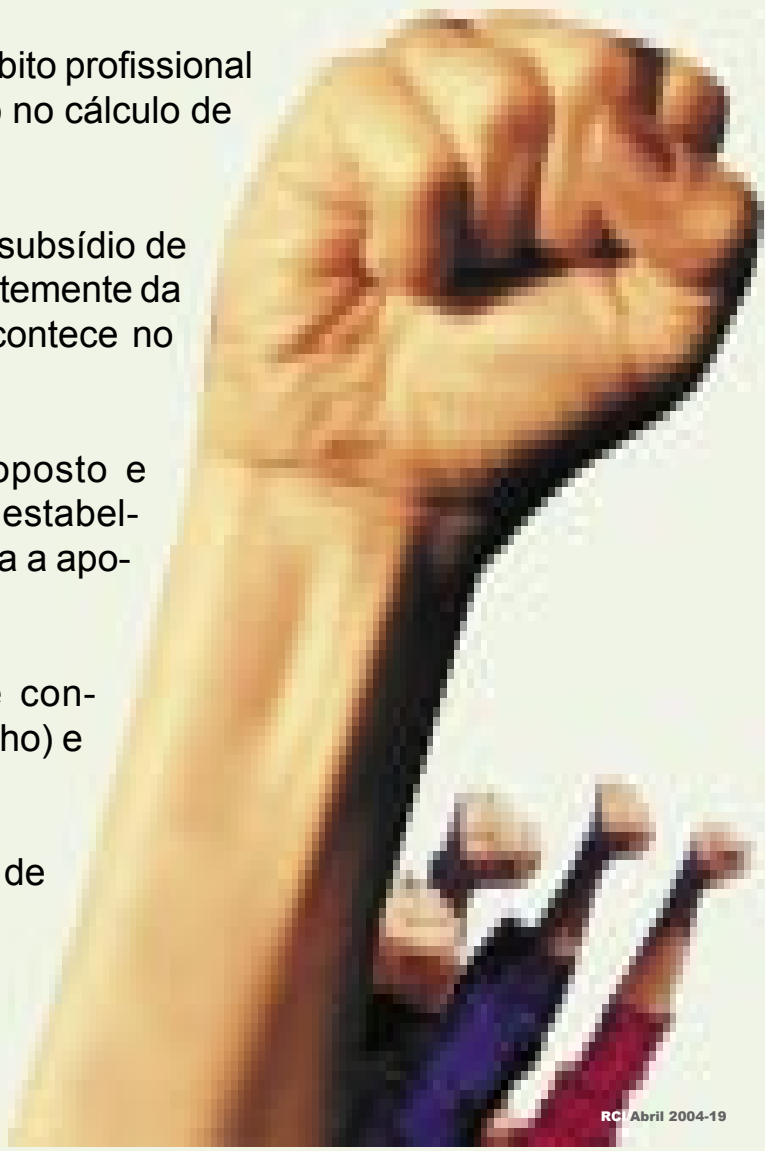
O SPRC realizou uma reunião, em Viseu, de **Comissões Sindicais e de Luta de Professores Desempregados e Contratados**, a qual rejeitou liminarmente a proposta de David Justino para a contratação de professores. No seguimento disto, foi decidido realizar um conjunto de acções, as quais passarão por uma incidente campanha de opinião pública, pelo prosseguimento da recolha de assinaturas para a entrega de uma petição na AR sobre emprego e qualidade de ensino, por uma concentração na primeira vinda do Ministro da Educação ou do Primeiro Ministro à região, e pela distribuição de um panfleto sobre a situação da educação e do desemprego docente em Portugal, em português, inglês e francês, nos estádios, durante os jogos do Euro 2004, em Aveiro, Coimbra e Leiria.

A administração pública vai protestar na rua

Manifestação Nacional no dia **19 de Maio** em Lisboa

porque é preciso lutar...

- Pela recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos devendo, nesse sentido, ser garantido um aumento salarial com incidência ainda em 2004;
- pela efectiva actualização das participações da ADSE;
- pela consideração das despesas de âmbito profissional e de formação para efeitos de dedução no cálculo de IRS;
- pela manutenção do direito à licença e subsídio de maternidade e paternidade, independentemente da caducidade dos contratos, tal como acontece no regime privado;
- pela revogação do quadro legal proposto e aprovado pela maioria PSD/PP, que estabeleceu novas e mais gravosas regras para a aposentação;
- pela rejeição dos novos regimes de contratação (contratos individuais de trabalho) e de avaliação do desempenho;
- porque é preciso lutar por um ensino de qualidade...



PRODUTIVIDADE E POLÍTICA DE RENDIMENTOS DE MÉDIO PRAZO GOVERNO QUER PENALIZAR (AINDA MAIS!) OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo apresenta uma proposta de acordo de política de rendimentos de médio prazo que, a ser aplicada, reduziria o poder de compra dos salários e penalizaria de um modo mais intenso os trabalhadores da Administração Pública quer quanto aos salários quer quanto ao emprego, alerta a CGTP-IN. Em diálogo com os jornalistas, Manuel Carvalho da Silva alertou para o “aumento quantitativo e qualitativo do desemprego” e para “a continuação da destruição do aparelho produtivo”, destacando que as “100 medidas” de “apoio” à família, recentemente anunciadas pelo Governo PSD/PP, não passam de “meros enunciados de objectivos”, numa visível operação de “marketing”.



■ Reunido recentemente em Lisboa, o Conselho Nacional da Central analisou o documento de trabalho do Governo relativo à produtividade e política de rendimentos de médio prazo, no âmbito do “contrato social para a competitividade e o emprego”.

As conclusões essenciais dessa análise foram divulgadas aos jornalistas numa conferência de Imprensa em que participaram os dirigentes Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral, Deolinda Machado, Carlos Trindade, Paulo Trindade e Maria do Carmo Tavares.

Ao caracterizar os aspectos fundamentais deste documento do Executivo, Carvalho da Silva aproveitou para sublinhar “a preocupante regressão social” e “os perigosos desequilíbrios” que se vivem no País, alertando para situações como “o aumento do desemprego”, o “violento custo de vida que afecta de forma mais directa as camadas de trabalhadores com menores rendimentos”, o “aumento da precariedade do trabalho”, “a injustiça na distribuição da riqueza”

e ainda “os preocupantes indicadores de pobreza”.

A tudo isto, o Executivo PSD/PP responde com “falta de sentido de responsabilidade”, desviando “os direitos dos cidadãos para dimensões de protecção social” e insistindo na “desregulação do trabalho”, sublinhou o secretário-geral da CGTP-IN.

Perplexidade da CGTP-IN

Em relação ao documento que motivou a conferência de Imprensa e que contém a posição do Governo “sobre as propostas apresentadas pelos parceiros sociais no âmbito do processo de discussão de um eventual acordo de concertação social sobre a competitividade e a produtividade”, a CGTP-IN exprime “a sua perplexidade sobre a forma e os conteúdos apresentados”.

A Central lembra que, na verdade, seria de esperar que o Executivo apresentasse “um documento com as

medidas consideradas mais relevantes para melhorar a competitividade e a produtividade” e com “a repartição dos progressos a alcançar em termos de ganhos de produtividade com o objectivo expresso, reconhecido pelo Governo, de uma aproximação ao nível de vida médio da UE-15”...

A realidade é bem diferente. Quanto ao primeiro aspecto, o Governo de Durão Barroso “limita-se a indicar objectivos quantificados para a convergência da produtividade horária e a indicar



10 domínios onde se poderão tomar medidas, mas em nenhum deles uma só medida é apresentada. Remete-se para o futuro dizendo que “serão objecto de propostas no decorrer do processo negocial”.

E mais: “Não há qualquer resposta às medidas apresentadas pela CGTP-IN. Este é um ponto crucial porque entendemos constituir mero artificialismo a apresentação de metas sem ao mesmo tempo serem apresentadas as medidas que as possam concretizar”.

Já quanto ao segundo aspecto (ganhos de produtividade e aproximação ao nível de vida da EU), o Governo vai ao ponto de lançar “uma proposta de acordo de política de rendimentos de médio prazo que, a ser aplicada, reduziria o poder de compra dos salários e penalizaria de um modo mais intenso os trabalhadores da Administração Pública quer quanto aos salários, quer quanto ao emprego.”

Governo insiste

Não é diminuindo o valor real dos salários e reduzindo a parte salarial na distribuição do rendimento que o país se tornará mais produtivo e competitivo. A baixa salarial e o sentimento de desigualdade social têm, pelo contrário, efeitos desmotivadores.

em propostas inaceitáveis

Sobre a proposta de acordo de rendimentos de médio prazo e partilha de ganho de produtividade (2005 a 2010), a CGTP alerta os trabalhadores e a opinião pública:

“O Governo insiste em propostas que já tinham sido avançadas no início do processo, no ano passado, e que mereceram o forte repúdio das organizações sindicais.”

Barroso, Bagão, Ferreira Leite e companhia insistem que “as actualizações salariais devem ser bianuais; que a inflação a considerar nos aumentos de salários deve ser a da zona euro e que os salários não acompanham o andamento da produtividade.”

A este propósito a Central observa: “No que respeita à produtividade, o aspecto essencial é que os salários não acompanhariam os ganhos de produtividade já que as percentagens de repercussão dos ganhos de produtividade nos salários vão de 25% em 2005-2006, 50% em 2007-2008 e 75% em 2009-2010.”

E mais adiante:

“Na Administração Pública, o Governo pretende continuar e aprofundar a mesma política. Os critérios a utilizar para o crescimento da massa salarial seriam a inflação da zona euro e a redução do peso do sector em percentagem do PIB, o que implicaria, por um lado, um crescimento da massa salarial inferior ao dos restantes trabalhadores e, por outro, a redução do emprego.”

Poder de compra baixou

A proposta do Governo, que abrange o período 2005 a 2010, “nada diz sobre os dois últimos anos em que foi praticada uma política salarial muito restritiva.”

“O poder de compra”, recorda a

CGTP-IN, “baixou em 2003 e alguns sectores foram particularmente penalizados. Os funcionários públicos viram o seu poder de compra reduzido de 2,4% e os trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional perderam quase 1%. Em termos comparativos, verificou-se ter sido Portugal o único país da UE-15 onde os salários perderam poder de compra no ano passado.”

O Governo justificou esta política com as dificuldades económicas e com o cumprimento do pacto de estabilidade e de crescimento. Para a CGTP-IN esta política “agravou a crise ao diminuir a procura interna num momento em que a economia cresceu pouco nalguns dos principais países de destino das nossas exportações, como na Alemanha”.

“É bom salientar que a UE não teve recessão mas abrandamento económico e que só na Holanda houve diminuição do produto, mas ainda assim inferior ao ocorrido em Portugal”, esclarece a Central.

Para o período a que se reporta o documento apresentado, o Governo prevê o crescimento económico. As projecções constantes do programa de estabilidade e de crescimento indicam um aumento do produto de 2,5% a 3% entre 2005 e 2008, o que leva a Intersindical a comentar:

“O Governo não tem pois o argumento de que a crise económica exige manter uma política salarial restritiva. Não só não há razões para manter a mesma política como, por motivos de política social, há que compensar os sacrifícios que foram exigidos aos trabalhadores.”

Mas não é isso, porém, o que se verifica: “O Governo pretende manter uma política salarial restritiva e continuar a penalizar mais os trabalhadores da Administração Pública. A proposta poderia mesmo traduzir-se na quebra do salário real em 2005 e 2006.”

Essa perda salarial, realça a CGTP, “seria provocada pela pretendida mudança de referencial de inflação a considerar na actualização dos salários”. Assim, “não há razões para considerar a inflação da zona euro” e isto por três ordens de razões, que a Central sintetiza assim:

- Primeiro porque é socialmente injusto dado que penalizaria o nível de vida dos trabalhadores portugueses e também dos reformados;

- Em segundo lugar porque poderia levar a um aumento da inflação nacional já que o Governo e o patronato poderiam livremente aumentar os preços no consumidor sem consequências na actualização de rendimentos como salários, salário mínimo nacional e pensões;

- Em terceiro lugar, não deixaria de



alimentar os discursos contra a UE, ainda que em rigor esta não pudesse ser responsabilizada por uma medida que compete a um Governo nacional.

A actualização dos salários

“Uma primeira consequência seria a diminuição do salário real em 2005 e em 2006”, esclarece a CGTP, que pormenoriza:

“Os salários seriam actualizados tendo em conta a inflação da zona euro e uma parte dos ganhos de produtividade. A inflação portuguesa foi sempre superior à da zona euro, sendo o diferencial de 1,3% no ano passado.”

E acrescenta: “Se esta diferença se mantiver, os salários reais desceriam em Portugal, pelo menos em 2005 e 2006, mesmo que admitíssemos que o diferencial de inflação passasse para quase metade (0,7%).”

“Nos anos seguintes”, esclarece ainda, “haveria aumentos moderados do poder de compra dos salários na medida em que se verificaria uma maior repercussão dos ganhos de produtividade nos aumentos salários. Mas os aumentos seriam pequenos e não acompanhariam a evolução da produtividade”.

“A segunda consequência”, observa a Central, “é que os salários baixariam a sua parte na distribuição do rendimento nacional. Para que isso não acontecesse seria preciso que os salários reais subissem tanto quanto a produtividade”.

A produtividade é essencial para aumentar o nível de vida e as estatísticas indicam que o país precisa de aumentar a sua produtividade. Mas fazem-se, muitas vezes, análises enviesadas da produtividade porque se sublinha que o nível médio português representa cerca de 64% da média europeia ao mesmo tempo que se esquece que a diferença é muito maior nos salários: os salários portugueses apenas representam cerca de 36% da média europeia.

Isto é, se a produtividade aumentasse 2 por cento, os salários reais devem também subir 2 por cento. “Mas isso nunca acontece, nos termos da proposta apresentada”, salientam os dirigentes da Intersindical Nacional.

Assim, a desigualdade na distribuição funcional do rendimento seria agravada, o que, naturalmente, se considera inaceitável.

Inflação em Portugal e na zona Euro

Depois de lembrar que a inflação portuguesa se tem situado sempre “acima do nível médio da UE-15”, que “no ano passado foi de 1,3%” e que “para 2004 as previsões apontam de novo para a existência de um diferencial”, o Conselho Nacional da CGTP, eleito no recente 10º Congresso, realizado em 30 e 31 de Janeiro, salienta mais adiante:

“No ano em curso há mesmo razões para temer que a diferença seja superior à prevista pela Comissão Europeia, atendendo a aumentos de preços que têm sido decretados pelo Governo que são muito superiores à inflação oficial prevista. Além disso, a realização do Euro 2004 pode fazer disparar alguns preços.”

Por outro lado, realça a Central, “nada garante que no futuro exista uma convergência da variação dos preços. Há razões para pensar que o diferencial de inflação não se vai anular no futuro próximo. Uma delas é que tenderá a haver aproximação no nível de preços entre Portugal e a zona euro. Como actualmente os preços são mais baixos em Portugal, uma convergência poderá conduzir a uma taxa de inflação mais alta em Portugal que na média comunitária”.

“A proposta”, observa a Inter, “significa assim a penalização dos aumentos salariais. Poderemos aliás perguntar se seria apresentada nestes termos se ocorresse o inverso, isto é se o crescimento dos preços no consumidor fosse mais baixo em Portugal”.

A produtividade e a competitividade

“A proposta teria um impacto macro-económico negativo, porque reduziria a procura interna, e teria efeitos contra-productivos sobre a produtividade e a competitividade”, esclarecem os dirigentes da CGTP, que acrescentam a propósito:

“A compressão dos salários reduziria a procura interna o que teria consequências negativas no crescimento. Estes efeitos já ocorreram em 2003 pelo que continuariam nos anos seguintes.

Não é convincente o argumento da procura externa.”

“Nem todas as empresas vendem nos mercados externos as suas produções, pelo que há que ter em conta as duas componentes da procura”, refere a Intersindical, que recomenda algumas cautelas quanto a “um eventual forte impulso decorrente das exportações, como aliás o faz o INE que na síntese económica de conjuntura indica uma desaceleração das exportações no último trimestre de 2003”.

“No plano comunitário, a aplicação de políticas deste tipo constituiriam um estímulo a que outros países fizessem o mesmo travando também as suas procuras internas, isto é reduzindo as suas importações. O efeito no conjunto da zona euro seria negativo”, explica a CGTP.

A proposta do Executivo teria ainda efeitos contraproducentes sobre a

produtividade e a competitividade:

“Não é diminuindo o valor real dos salários e reduzindo a parte salarial na distribuição do rendimento que o país se tornará mais produtivo e competitivo. A baixa salarial e o sentimento de desigualdade social têm, pelo contrário, efeitos desmotivadores.”

Por outro lado, “a produtividade é essencial para aumentar o nível de vida e as estatísticas indicam que o País precisa de aumentar a sua produtividade. Mas fazem-se, muitas vezes, análises enviesadas da produtividade porque se sublinha que o nível médio português representa cerca de 64% da média europeia ao mesmo tempo que se esquece que a diferença é muito maior nos salários: os salários portugueses apenas representam cerca de 36% da média europeia”.

A CGTP sublinha uma vez mais que “um crescimento suportado por

O Governo pretende manter uma política salarial restritiva e continuar a penalizar mais os trabalhadores da Administração Pública. A proposta poderia mesmo traduzir-se na quebra do salário real em 2005 e 2006.

factores complexos e dinâmicos de competitividade como a inovação, o conhecimento, a tecnologia e a qualidade do trabalho é incompatível com a manutenção de um modelo de baixos salários”.

E interroga:

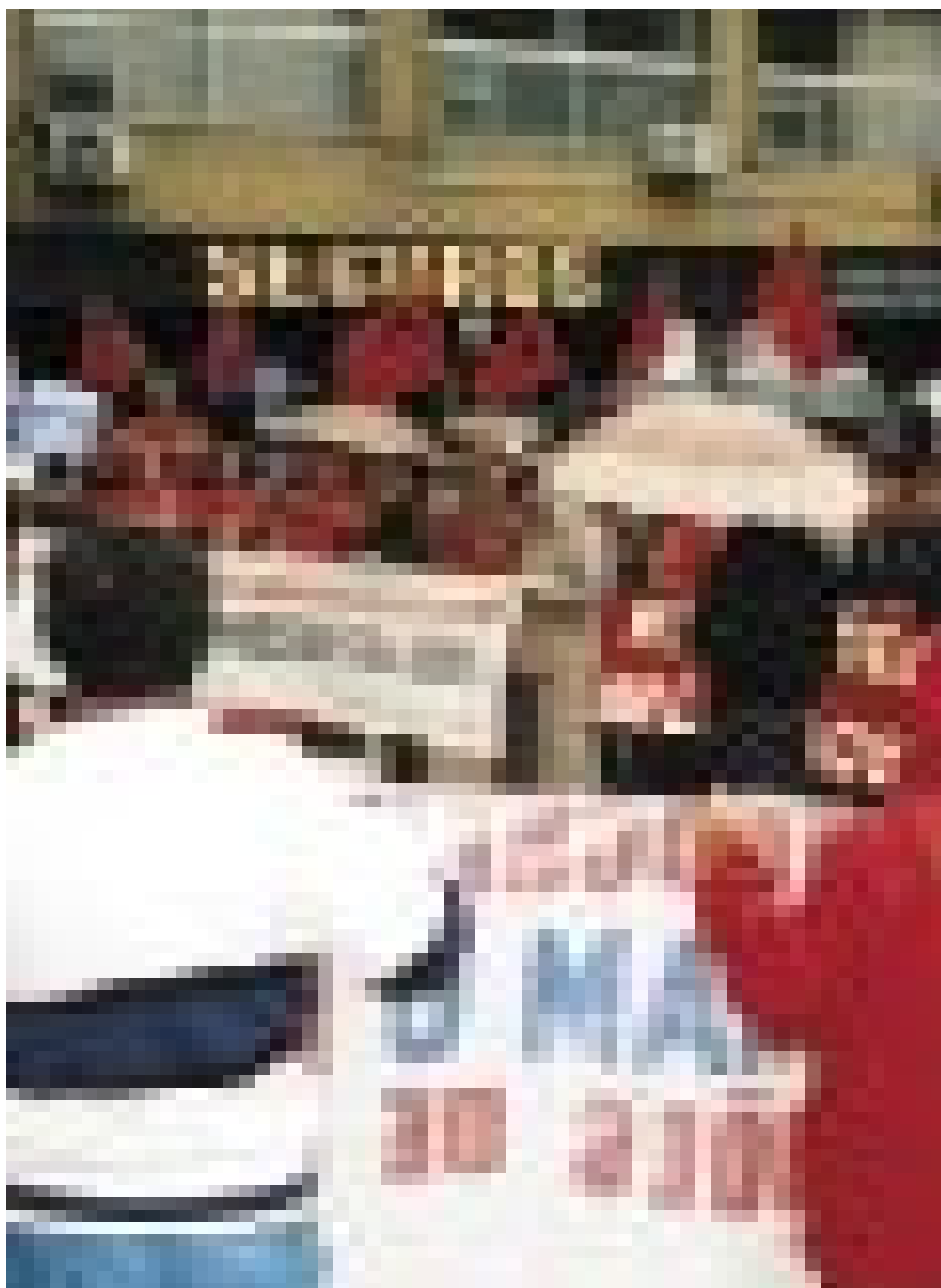
“Nos últimos anos, os custos com o trabalho cresceram menos em Portugal que na zona euro: será que ficámos por isso mais competitivos?”

“O ridículo da situação”, salienta CGTP-IN, “é que o Governo insiste neste modelo ao apresentar uma proposta deste tipo quando por este caminho não há moderação salarial que baste - teria de haver uma quebra brutal dos salários nominais para concorrermos com algumas economias. Não se trataria então de convergência com a zona do euro, mas de aproximação ao terceiro mundo”.

Duas palavras finais ainda sobre produtividade e salários. A relação entre produtividade é complexa porque depende de muitos factores, mas vejamos a situação de Portugal e de Espanha.

Em Portugal, tem-se acentuado que a produtividade é pouco mais de 60% mas esquece-se que os salários representam pouco mais de 1/3. Em Espanha os custos horários são mais do dobro dos portugueses (17,14 euros face a 8,13) e a produtividade é também bem mais elevada.

JPO





TEM A PALAVRA



Exames no Ensino Básico

uma porta aberta para discriminar e excluir!

Exames no Ensino Básico

■ A centralidade do conceito competências no vocabulário educativo actual é, hoje, incontornável.

As competências, enquanto conceito, não constituem naturalmente uma novidade - nem como conceito científico, nem no uso do senso comum quotidiano.

As competências vieram introduzir e impulsionar o modo de trabalhar o currículo no Ensino Básico, deslocando um único modo de trabalhar o currículo nas escolas para um binómio curricular (Roldão, 2000): (1) currículos nacionais para competências a alcançar na, e pela escola, e (2) autonomia das escolas para constituírem os seus currículos ou projectos curriculares mais de acordo com os contextos socialmente diferenciados.

Que competências manifestam os alunos, esperadas como resultado da aprendizagem que a escola ofereceu? - esta é a questão avaliativa central que deve preocupar todos os agentes educativos - desde os professores ao ME.

A FENPROF tem vindo sucessivas vezes a denunciar as distorções e equívocos que a avaliação, assente em exames, provoca nas escolas. Este mecanismo de avaliação está profundamente marcado por “um carácter redutor, injusto e perverso: a formação integral dos alunos passa pela aprendizagem de conteúdos mas também pela aquisição de competências e pelo desenvolvimento de capacidades e comportamentos que não são avaliáveis em testes de papel e lápis e cujos efeitos só são muitas vezes visíveis anos mais tarde” (JF nº 190).

A expansão da escolaridade e a heterogeneidade crescente da população escolar, por um lado, e a crescente exigência dos mercados de trabalho quanto a competências dos trabalhadores à medida que as economias crescem e ficam mais complexas, requer da escola e do sistema educativo um maior investimento e medidas de discriminação positiva que não passam pela introdução de exames.

Mas, não podemos deixar de ter em conta que a escola continua a intensificar as assimetrias sociais incrementando de forma assustadora o número de potenciais marginalizados - “os não competentes” que resultam da não aquisição de competências e que irão alimentar os nichos de exclusão.

Para nos tornarmos mais competentes cientificamente, linguisticamente, esteticamente, matematicamente, ... ou seja, para usarmos de forma adequada os conhecimentos - para aplicar, para interpretar, para analisar, para pensar, para agir em todos os domínios do saber, não são necessários exames no Ensino Básico. A recordação que temos dos exames é uma lista infinita de tópicos que têm que ser medidos, verificados ou comprovados, para ver a qualidade do desempenho dos alunos e, indirectamente, a qualidade de desempenho dos professores e das escolas apenas em algumas áreas, reduzindo inexoravelmente as aprendizagens construídas, muitas vezes, apenas à língua e à matemática.

Na falta de soluções sustentadas

para resolver este problema, o ME concretizou já na lei a implementação de exames no 9º ano, e não contente, anunciou, recentemente, a aplicação de exames ao 6º ano (em 2005) com a possibilidade de se estenderem ao 4º ano de escolaridade, usando como justificação os maus resultados obtidos nas provas aferidas.

A ideia de que mais exames e, portanto, mais avaliação, corresponderá a maior qualidade educativa e, por isso, garantia de melhores resultados nas aprendizagens dos alunos, está profundamente errada. Os exames avaliam apenas uma pequena parte das aprendizagens, privilegiando sempre, e apenas, alguns conteúdos e quase sempre desligados das competências adquiridas; e ignoram o processo de aprendizagem que é tão ou mais importante que os resultados. Por outro lado, a introdução de exames no 6º e 4º anos de escolaridade irão condicionar profundamente o dinamismo pedagógico que existe hoje nas escolas, transformando-as (à semelhança do que já hoje acontece no secundário) em “campos de treino” cujos objectivos passam sobretudo pelos resultados sempre em detrimento do processo de aprendizagem - (ex: provas aferidas no 6º e 4º ano).

Todos estamos de acordo que é incontornável e necessário melhorar os resultados dos alunos, combater o insucesso e o abandono escolar, ao longo de todo o EB.

Mas, para que isso aconteça, torna-se necessário que este governo mude as suas políticas e faça um verdadeiro investimento na escola pública.

Assim, exigimos a este Governo e ao ME que :

- Crie verdadeira estabilidade profissional e pedagógica em todas as escolas;
- Abandone a ideia dos exames como medida para resolver os problemas do insucesso dos alunos e do sistema educativo;
- Crie e aplique uma Lei de Financiamento que privilegie a função central



da escola - científica, pedagógica e didáctica - em detrimento da gestão meramente administrativa;

- Seja responsável pela realização de provas de aferição por amostragem e aplique as consequentes medidas sistémicas de correcção e de discriminação positiva, face aos resultados;

- Reforce a confiança na avaliação contínua, na auto-avaliação e na avaliação sumativa e, por consequência, confie no profissionalismo e empenho dos docentes;

- Recupere o programa de avaliação integrada das escolas que privilegiava não apenas os resultados dos alunos mas tinha em conta a aprendizagem, a educação e o ensino, o clima e ambientes educativos e a organização e gestão escolar;

- Incentive as escolas, dotando-as de meios, para que desenvolvam práticas de auto-avaliação ao nível dos projectos que desenvolvem, do seu funcionamento e dos resultados que obtêm;

- Diminua o nº de alunos por turma ;

- Diminua o nº de anos de escolaridade por turma no 1º CEB e implemente as equipas educativas ;

- Dote as escolas de materiais e equipamentos didácticos actualizados (bibliotecas escolares e materiais experimentais);

- Invista mais e melhor ao nível da formação inicial e contínua dos docentes;

- Realize um rigoroso controlo da qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares;

- Apoie todos os projectos implementados em escolas ou regiões socialmente discriminadas;

A construção do conhecimento e o uso que fazemos dele só melhora se conseguirmos que o sistema educativo crie verdadeiramente igualdade de oportunidades para todos no acesso às aprendizagens e competências.

A avaliação de um serviço público de qualidade - com regulação e controlo - só se constrói verdadeiramente se existir articulação entre a auto-ava-

liação das escolas e a avaliação externa sempre numa perspectiva formativa, cooperativa e construtiva que facilite a auto-regulação do sistema educativo e promova a autonomia das escolas

Melhores ou piores resultados não são, nem nunca foram, sinónimo de melhores ou piores escolas, professores ou alunos.

Os exames escondem o que de melhor a escola constrói - o verdadeiro conhecimento!

Por tudo isto é necessário dizer NÃO de VEZ aos Exames!

Helena Arcanjo
SPRC



25 de Abril, sempre!

- Há dias, ao remexer numa das minhas gavetas onde guardo algumas recordações, encontrei meia dúzia de envelopes dentro dos quais, e já lá vão 30 anos, era colocado o dinheiro correspondente ao vencimento e entregue por uma funcionária da secretaria todos os fins de mês. Mas, ao observá-los reparei particularmente em dois: um

com o vencimento do mês de Março de 1974 - 3.800\$00 - e outro com o salário do mês de Setembro do mesmo ano - 8.800\$00 - ou seja, uma diferença para mais, de 5.000\$00. Estes 5.000\$00, mais de 200% de aumento, deveram-se à gloriosa Revolução dos Capitães, o 25 de Abril de 1974. Pena é que, alguns, usufruindo da Liberdade e da Democracia então alcançadas, seguidores da Política de Salazar e Caetano, pretendam hoje, liquidar de forma raivosa todas as conquistas sociais alcançadas pelo nosso Povo (basta ver o Pacote Laboral)! Quanto à Administração Pública, classe de trabalhadores a abater por este governo, foram presenteados, alguns, com um ridículo aumento e outros com aumento zero em dois anos consecutivos, sendo os professores, neste particular, também atingidos.

Ao comemorarmos os 30 anos de Abril, é preciso continuarmos firmes na luta, pois a justiça vencerá.

Viva o 25 de Abril de 1974!

Adelino Lopes
Professor de E.V.T. da EB 2,3 da Pedrulha - Coimbra
Sócio do S.P.R.C. nº 33

Posição do Conselho dos Laboratórios Associados sobre o problema do Emprego Científico em Portugal

- De 1987 a 2001, o número de doutorados a trabalhar em Portugal mais do que quadruplicou. No período de 1998-99, Portugal teve o maior crescimento de novos doutorados em "ciência e tecnologia" dos países da UE, 12% em comparação com a média europeia de 0,4%. Apesar deste acentuado crescimento, o número de investigadores (ETI) em relação à população activa ainda está em Portugal bastante longe da média europeia, situando-se ligeiramente



TEM A PALAVRA



acima de 60% dessa média. Continua portanto a ser necessário um grande investimento na expansão do sistema científico e tecnológico nacional. Por outro lado, há indicações que mostram ter abrandado, ou mesmo estagnado, nos últimos dois anos, o crescimento referido.

É firme opinião do Conselho dos Laboratórios Associados que a expansão do número de doutorados deve ser crescentemente acompanhada por políticas pró-activas no domínio do emprego científico. Estas políticas devem traduzir-se no reforço das oportunidades de emprego existentes e na criação de novas oportunidades e novos mecanismos de atracção e inserção profissional de doutorados.

Esta posição resulta da vulnerabilidade, hoje visível, de um sistema de formação avançada sem correspondência suficiente num sistema de inserção profissional adequado e ganha particular relevância num momento em que, à urgência de expansão do número de doutorados em Portugal, corresponde

uma elevada procura de doutorados nos países mais avançados europeus e em que existem indícios claros de emigração de talentos ("brain-drain").

É nossa convicção que o sistema de formação avançada (bolsas de doutoramento e pós-doutoramento) se deve reforçar, quer no que se refere ao número de bolsas de doutoramento a atribuir quer no que respeita à estabilidade financeira de instituições científicas com capacidade de formação avançada. Contudo, é ao nível da inserção profissional dos doutorados que se torna hoje necessário um maior esforço de envolvimento do sector público e do sector privado na criação de novas oportunidades de emprego científico. Importa ainda que se concretizem formas de emprego estável que propiciem carreiras equivalentes às dos investigadores em países mais desenvolvidos.

Factores de bloqueio

Entendemos ser necessário urgentemente corrigir e inverter os actuais factores de bloqueio. Saliem-se, a título de exemplo, o congelamento da admissão de investigadores pelos Laboratórios do Estado (desde 2002), as restrições ao alargamento dos quadros das Universidades, as dificuldades criadas nos dois últimos anos aos laboratórios associados no que respeita à disponibilização de financiamentos contratados que se destinavam à contratação de novos doutorados, o fim de um regime adequado de benefícios fiscais ao investimento em I&D nas empresas, a diminuição do número de doutorados no âmbito do programa de inserção de doutorados nas empresas ou os enormes atrasos nos pagamentos a projectos de investigação científica e a projectos de investigação em consórcio entre empresas e instituições científicas que, inclusivamente, tem posto em causa a própria sobrevivência de empresas criadas por doutorados e tem inviabilizado a contratação de novos investigadores ou a criação de auto-emprego.

Por outro lado, as universidades quase não têm podido contratar novos doutorados, em resultado duma lei de

financiamento que se baseia quase exclusivamente no número de alunos e na proporção entre alunos e professores, ignorando as capacidades e a produção científicas. Esta situação está a conduzir ao envelhecimento dos docentes/investigadores universitários e a um desequilíbrio ainda maior entre o tempo dedicado às suas actividades lectivas e à investigação. Isto, apesar dos painéis de avaliação internacionais terem repetidamente apontado que os docentes universitários portugueses dispõem de pouco tempo de qualidade para actividades de investigação por estarem frequentemente sobrecarregados (em comparação com a prática de quase todos os países desenvolvidos) com actividades lectivas e administrativas.

Também ao nível das Universidades privadas deveriam ser estabelecidas pelo Estado metas de qualidade promotoras do emprego de doutorados. Fundamental seria também rever as carreiras dos institutos politécnicos de forma a que estes se abrissem decididamente à contratação de doutorados no mercado de trabalho.

No domínio dos grandes investimentos públicos, na intervenção accionista do Estado nas empresas públicas e nos processos de privatização deveriam, em nosso entender, ser adoptadas orientações eficazes de estímulo ou de discriminação positiva ao crescimento do emprego científico assim como de todo o emprego qualificado de base científica e técnica, designadamente de engenharia.

O Conselho dos Laboratórios Associados reitera a sua disponibilidade para, no âmbito das competências dos Laboratórios que o integram, colaborar com as entidades oficiais na discussão e concretização destas orientações.

Conselho dos Laboratórios Associados

Março de 2004

Viagem a Montalegre

29 e 30 de Maio



Dia 29 de Maio

8h00 | Praça da República Coimbra

11h00 | Chegada ao concelho de Montalegre

- Barragem de Salamonde
- Parque Nacional do Gerês
- Fafião: Fojo do Lobo; relógio de Sol
- Cabril
- Ponte da Misarela

13h00 | Almoço

15h00 | Sirbuzelo (aldeia ciclópica)

- Barragem da Paradela
- Paredes do Rio - engenho movido a água (pisão de burel, gerador eléctrico, serração, moinho)
- Mourilhe

18h00 | Chegada a Montalegre

20h30 | Horas Jantar

Dia 30 de Maio

9h30 | Visita a Montalegre

11h00 | Mosteiro de Santa Maria das Júnias

12h00 | Torém (passagem pela Galiza)

12h30 | Subida à Serra do Larouco

13h00 | Almoço

15.00 | Barragem do alto Rabagão

16h00 | Vilar de Perdizes

17.00 | Chaves

21.30 | Chegada a Coimbra

A viagem inclui:

Viagem em autocarro
Almoço regional do dia 29
Dormida no Hotel Quality Inn ****
Jantar no Hotel Quality Inn
Almoço regional do dia 30

Preço

Em quarto duplo |
90 Euros
Quarto single | 100 Euros
Criança no quarto dos pais | 65 Euros

Nota:

A viagem integra visitas a locais onde o autocarro não tem acesso, sendo necessário fazer alguns percursos a pé. Assim, torna-se fundamental que se utilize calçado e roupas adequadas.

O Hotel dispõe de acesso livre ao Health Club: piscina, sauna, banho turco, ginásio. Os interessados deverão levar os equipamentos necessários, nomeadamente chinelos, e touca.

Por questões de horário, o programa

Prioridades:

- 1º Sócio do SPRC
- 2º - Ordem de inscrição
- 3º - Pagamento integral no acto de inscrição

MONTALEGRE



Viagem a Ponte de Lima

5 e 6 de Junho

5 de Junho | Sábado

8h00 | saída da Praça da República (Coimbra)

10h30 | Guimarães (visita ao centro histórico)

11h45 | partida para Ponte de Lima

13h00 | almoço em Bertandos (Restaurante Celeiro)

14h30 | Hotel

15h30 | início da visita à Vila de Ponte de Lima

- Centro Turístico
- Ponte (Medieval e Romana)
- Jardins Temáticos
- Museu Rural
- Avenida dos Plátanos
- Jardim Aromático

18h30 | Hotel

20h30 | jantar (Restaurante Encanada) animação com tocadores de concertina e cantares ao desafio

6 de Junho | Domingo

9h30 | visita ao Concelho de Ponte de Lima

- Monte de Santa Maria Madalena
- S. Martinho da Gândara (visita à ARVAL - ciclo do linho)

13h00 | almoço (Restaurante Borges)

14h30 | visita à margem esquerda do Lima

- Refoios
- Calheiros
- Rota das Pedras Finas
- Monte de Santo Ovídio

17h30 | Regresso a Coimbra

Preço por pessoa:

adulto em Hotel ***
Quarto individual | 85 euros
Quarto duplo | 75 euros
criança até 12 anos em Hotel (em cama extra no quarto dos pais) | 50 euros

Preço inclui:

almoço de 5 de Junho

Restaurante Celeiro
entradas regionais
cozido à portuguesa
sobremesa
vinho, sumos, águas
café, digestivo

jantar de 5 de Junho

Restaurante Encanada
entradas
sopa
bacalhau à Encanada ou, como opção, filetes de pescada
sobremesa
vinho, sumos, águas
café, digestivo

almoço de 6 de Junho

Restaurante Borges
entradas
arroz de sarrabulho
sobremesa
vinho, sumos, águas
café, digestivo

viagem em autocarro

dormida em Hotel***

noite de convívio ao som de concertinas e de cantares ao desafio

Prioridades: 1º Sócio do SPRC

2º - Ordem de inscrição

3º - Pagamento integral no acto de inscrição

VIAGEM A PONTE DE LIMA 5 e 6 de Junho

Nome: _____

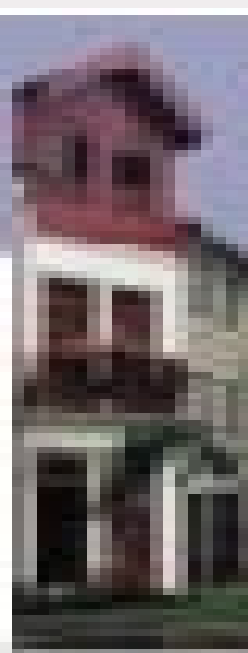
Pratidade: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____



Inscrições até 17 de Maio

ENCONTRO REGIONAL DE APOSENTADOS /SPRC AVEIRO, 03/03/2004

Marcaram presença cerca de sessenta colegas que participaram com o interesse usual, o que já vem sendo demonstrado ao longo destas iniciativas que o SPRC vem organizando através do seu departamento de Professores Aposentados.

Atendendo ao facto de a parte cultural deste encontro ser tratada pela colega Maria Antónia Lourenço, vamos debruçar-nos apenas na parte de trabalho. Assim, iniciou-se, pela apresentação de mesa constituída por: Anabela Sotaia coordenadora adjunta do SPRC, Jorge Pinto dos Santos coordenador do Departamento de Aposentados e Victor Ferreira representante do mesmo departamento no distrito de Aveiro. Passou-se à explanação, intervenção e discussão de alguns problemas que afectam os professores em geral e também os professores aposentados em particular.

A colega Anabela Sotaia, em representação da Coordenação do SPRC, fez um esboço geral, mas bastante elucidativo, das medidas gravosas que o governo de direita tem tomado e que são bastante lesivas dos interesses da Função Pública e dos professores em particular. Mencionou os ataques aos direitos dos cidadãos, grande parte deles conquistados com o "25 de Abril". Referiu a manifestação de aposentados da Função Pública que irá ter lugar em Lisboa, em 17 de Abril, e esclareceu o interesse dos Professores Aposentados em estarem presentes face aos ataques do governo. Houve também esclarecimentos sobre as alterações, propostas pelo governo, à ADSE, no que concerne a cortes em serviços de saúde, medicamentos, termas e ambulatórios. Sobre a ADSE foi referida a necessidade de assinar o abaixo-assinado contra as medidas tomadas, e a tomar, pelo governo. Os presentes foram esclarecidos sobre a aplicação das novas medidas para a aposentação dos docentes que

se enquadram nos 36 anos de serviço e 60 de idade. No entanto, os educadores de infância e professores do 1.º Ciclo só serão abrangidos, e alterado o seu processo de aposentação, depois da discussão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Foi referido, e informados os colegas, que se tiverem conhecimento de professores que estejam à beira da aposentação, a tenham pedido nos últimos tempos, e tenham qualquer dúvida sobre qual a legislação que se lhes aplica, para contactarem o nosso Sindicato onde lhes serão prestadas as informações necessárias.

Foram ainda dadas informações sobre a quotização a pagar pelos sócios aposentados, que passa a 0,5%, tendo no entanto, de ser comunicada a nova situação (de aposentação) aos serviços do Sindicato para a actualização da quota. Foi mais uma vez pedida a participação dos colegas para, com artigos sobre vários assuntos relacionados com a educação, colaborarem na página dos Professores Aposentados no Região Centro-Informação (RCI).

Os colegas presentes foram também informados sobre as "démarches" sobre a possibilidade, ou não, de se continuar a avançar com a ideia da casa do Professor.

Referiu-se o Encontro-Debate que estava a ser programado sobre "A música a partir dos 60", para a casa Municipal da Cultura. Se se concretizar a sua realização, o SPRC fará a respectiva divulgação.

Por último, a terminar a reunião, procedeu-se à eleição dos representantes dos Professores Aposentados como delegados ao VIII Congresso Nacional da FENPROF, tendo sido eleitos: Jorge Pinto dos Santos e Laura Moreira, os quais vieram depois a estar presentes na reunião magna da Federação, a qual se realizou nos dias 17, 18 e 19 de Março na Figueira da Foz.

O Departamento de Professores Aposentados

ENCONTRO DE APOSENTADOS

Mais um Encontro de Professores Aposentados nos levou à linda e acolhedora cidade de Aveiro.

Foi belo o dia de temperatura agradável e foi bom ver a felicidade nos rostos dos amigos e colegas que já há algum tempo não se encontravam.

Na reunião de trabalho além das informações que nos deram, fomos alertados para os maus dias que se adivinham no panorama político do nosso país.

Esqueceram-se as doenças e as dietas à mesa do restaurante "Sal Posto" para saborear um bom almoço que eles confeccionaram.

A seguir rumámos ao Convento de Jesus para apreciarmos a sua resplandecente talha dourada, o cadeiral que é uma obra prima, a valiosa colecção de pinturas, ourivesaria e arte sacra. Aí se encontra também o túmulo da princesa Santa Joana.

No regresso, lamentámos não poder assistir ao teatro que o grupo amador "C.E.T.A." nos ia oferecer, mas era tarde...

Um muito obrigada a todos os que trabalharam para proporcionar um dia tão agradável.

Maria Antónia

Departamento de Aposentados

Entre Ribeiras, n.º 1
Agrupamento de Escolas de Paul e Entre Ribeiras

Quando vemos nascer um jornal escolar sentimos uma grande alegria, porque imaginamos a organização, a vontade, a disponibilidade e as dificuldades que, muitas vezes, se tem de enfrentar e ultrapassar. Mas quando o homem quer a obra nasce. E nasceu o “Entre Ribeiras”. Temos uma boa perspectiva do que se passa e das actividades realizadas nas escolas do Agrupamento. Boa participação de alunos e professores. Assuntos interessantes que merecem leitura atenta, e ajudam à reflexão. Parabéns ao Clube de Jornalismo e a todos os que participaram neste 1.º número de “Entre Ribeiras”. Enquanto não aparecer o n.º 2, “não há amor como o primeiro”. Viva o 1.º “Entre Ribeiras”. Um abraço.

O Guilhim, n.º 3
Agrupamento de Escolas da Nazaré

“O Guilhim” dá muito relevo à “Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos”. Os responsáveis têm razão para estar satisfeitos, pois no início da reportagem observa-se: “Não há nenhum aluno desta escola que não conheça este espaço” Os que trabalharam para proporcionar tal espaço, deverão, agora, sentir algum consolo. De salientar, também, a entrevista “do leste até ao Atlântico”, em que uma aluna da Moldávia fala da sua vida de lá e de cá. “O Guilhim”, dando notícias das actividades das escolas, poderá ainda, abrir as suas páginas a mais escolas do agrupamento. Envolver ainda mais a Comunidade Educativa. Oferecer a página em branco. Haja quem a preencha. Do ponto de vista da forma, algumas melhorias poderão ser conseguidas: as fotos, disposição dos temas, cuidadosa concepção da capa e contracapa. Cá esperamos o n.º 4. Um abraço a todo o grupo do jornal.

Expressão, n.º 55
Escola Secundária com 3.º CEB de Afonso de Albuquerque

“Expressão” é um boletim muito bem construído, com boa participação de alunos e professores. Dá conta das actividades realizadas na escola e divulga textos que ajudam à reflexão. Revela perspectiva crítica sobre o que se passa na escola e problematiza o que se passa à volta dela. A crítica construtiva e o diálogo permanente

são evidenciados quando se lê “Expressão”. A equipa que elabora o boletim está de parabéns. Bom trabalho. Um abraço.

O Gotinhas, n.º 29
Jornal da EB1 da Lousã

A página dos alunos do 1.º ano tem desenhos engraçados e, como já sabem escrever, também juntaram palavras e produziram textos. Os alunos dos outros anos também escreveram textos interessantes. Pelas fotografias, nota-se que o cortejo do Carnaval foi um sucesso. Algumas fantasias parecem muito giras. Um abraço à equipa de redacção do jornal e uma “gotinha” fresca para todos os alunos da EB1 da Lousã.

O Gafanhoto, n.º 32
Escola Secundária com 3.º Ciclo da Gafanha da Nazaré

“O Gafanhoto” é um jornal feito por gente empenhada e entusiasmada. Revela as actividades realizadas na escola e fora dela. Formalmente, poderá ser um exemplo a seguir, pois é, simultaneamente, discreto e apelativo. Proporciona textos de reflexão, informação, entrevista e reportagem. A comunidade educativa parece apoiar e participar de forma adequada na elaboração do jornal. Vale a pena ler “O Gafanhoto”, por isso vale a pena fazê-lo. “Por favor, leva-me contigo,/Meu Gafanhoto Amigo/Ensina-me a sonhar. (S.R.)” Um abraço. Continuação de bom trabalho.

O Trapalhão, n.º 13
Jornal da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo com Ensino Secundário de Aguiar da Beira

“O Trapalhão” tem uma boa composição gráfica, o que proporciona uma leitura agradável. Boa participação de alunos e professores. Destaque para as escolas do 1.º Ciclo do Agrupamento. Os assuntos estão bem distribuídos ao longo do jornal. Há muita informação sobre as actividades que se realizam na escola e nota-se movimento e participação. Parabéns pelo 3.º lugar nacional dos Juvenis Femininos no torneio “Allfootball”. Parabéns ao Clube de Jornalismo pelo trabalho realizado. Um abraço “Trapalhão”.

Emir
Agrupamento de Escolas do 1.º e

2.º Ciclos com Jardins de Infância de Mira

Poemas, redacção, dia do pai, histórias e o encontro com o escritor António Torrado constituem informação e motivo de leitura deste número do “Emir”. Boa participação de alunos e professores. Talvez repensar a composição gráfica, de modo a torná-la mais apelativa. Até ao próximo número. Um abraço ao “pessoal” do Clube de Jornalismo.

Post Scriptum
Escola Secundária D. Dinis Coimbra

A revista Post Scriptum tem sido presença obrigatória no RCI. Caracteriza-se pela sua assiduidade, pelo elevado número de textos escritos pelos alunos, pelo retrato que faz da escola e, muitas vezes, da sociedade. Reflecte o excelente e esforçado trabalho do seu núcleo de Jornalismo. Integra saberes e experiências escolares. Viagens e sonhos.

O sonho de fazer uma revista que ganhasse raízes e ocupasse um espaço de excelência na escola que o acolhe tem sido cavalo de batalha das professoras Alda Marques e Margarida Castro... e tem sido delicioso ver que uma escola que muitos apelidam de difícil, de longe do centro da cidade, de impossível, é, no entanto, um espaço onde nascem vitórias nas Escolíadas (três anos consecutivos), de onde parte um atribulado rallye paper (já na 4.ª edição), cuja Biblioteca e Centro de Recursos se recheiam de iniciativa, que tem residente um grupo de Teatro solicitadíssimo e que quase consegue autofinanciar-se (o KA-OS). A D. Dinis faz isto e muito mais. Luta contra a SIDA e promove Saúde. Organiza uma Feira do Livro e tem quase sempre boas exposições.

E agora aqui vão alguns conselhos: tentem manter o mesmo corpo de letra em todos os artigos e um bom tratamento de imagem; discutam a numeração das páginas e as aberturas das secções (corpo e tipo de letra). Arranjem títulos sugestivos, mas evitem o sensacionalismo. O verso da capa e da contra-capa mereciam ser aproveitados. Procurem, em reportagem, mostrar mais do que vos rodeia e que, necessariamente, a condiciona, nos seus comportamentos e dimensão social...

Por tudo isto: Parabéns e Bom Trabalho!

30 de Abril
21.30 horas
Casa Municipal da Cultura

Debate:
“Em defesa dos Serviços Públicos, na defesa do Cidadão”

com a participação de

• **Manuel Carvalho da Silva**
 Secretário-Geral da CGTP-IN

• **Carlos Braga,**
 Presidente do Movimento dos Utentes de Serviços Públicos

• **Luísa Tovar**
 do INAG e da Associação Água Pública

• **António Arnaut**
 Percursor do Serviço Nacional de Saúde

O Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra vai realizar, nos próximos dias 3 e 4 de Maio de 2004, um Congresso Internacional e Multidisciplinar dedicado ao tema **Educação, Psicologia e Justiça: Diferentes Olhares sobre o Comportamento Humano**, no Auditório da Reitoria da Uni-



O Instituto Nacional de Estatística dá conhecimento das publicações que prevê editar no ano de 2004. As publicações anuais e supra- anuais têm uma redução de 20% em relação ao preço unitário, válido para as encomendas recebidas no INE, até 30 de Abril de 2004. Para outros esclarecimentos, contactar Núcleo de Difusão através do Telef.: 239790400, ou o E-mail: dre@ine.pt



APOIO A SÓCIOS

Clínica de Desabitação Tabágica e Psicoterapia
 - Psicologia - Psiquiatria - Nutrição - Coimbra -
 Al. Calouste Gulbenkian, 9- 1.º andar, sala 41 - **25% de desconto nas con-**

